

Auditoria Interna - O contributo do controlo interno na gestão de risco das organizações

João Pedro Fidalgo Ribeiro
2180068

Dissertação de Mestrado

Porto - 11/2020

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
Auditoria

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Instituto Superior de contabilidade e Administração do Porto para obtenção de grau de Mestre em Auditoria, sob orientação do Professor Doutor Eduardo Sá e Silva e Professora Especialista Fátima Monteiro

João Pedro Fidalgo Ribeiro
2180068

Esta versão contém as correcções às críticas e sugestões dos elementos do júri

Dissertação de Mestrado

Porto – 11/2020

Agradecimentos

Á minha namorada e aos meus pais pelo apoio e incentivo na concretização do mestrado.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e ao seu corpo docente, pela passagem do conhecimento e consequente ajuda no desenvolvimento de competências para me tornar um melhor profissional.

Á Professora Especialista Fátima Monteiro e ao Professor Doutor Eduardo Sá e Silva por toda ajuda, atenção e disponibilidade dedicada a este trabalho.

A todos os meus amigos pela motivação e amizade transmitida, que contribuiu para a realização desta dissertação.

E a todas a organizações e pessoas que contribuíram para a recolha de informação, nomeadamente a Ordem dos Contabilistas Certificados e o IPAI.

Resumo

As empresas para atingirem a estratégia delineada devem estabelecer um modelo de *governance* que vise efectuar a gestão do risco, conduzindo á implementação de processos e controlos, para reduzir as ameaças e o risco de incerteza subjacentes às principais actividades ou negócios desenvolvidos.

A gestão do risco passa pela análise detalhada dos riscos subjacentes ao negócio. Parte da gestão do risco é realizada pela implementação de um sistema de controlo interno, conducente a mitigar os riscos negativos e a potenciar os riscos positivos para a empresa. O controlo interno é fundamental na gestão do risco, pois trata-se do conjunto de mecanismos e práticas utilizadas para evitar ou detectar actividade não autorizada, com o intuito da realização dos objectivos estratégicos da empresa.

Neste sentido, o objectivo deste trabalho passou por evidenciar a importância do processo de gestão do risco no delinear da estratégia de negócio e na condução dos trabalhos para a concretização dos objectivos da empresa, e demonstrar a importância do sistema de controlo interno neste processo e como parte fundamental na mitigação do risco.

Inicialmente realizou-se uma pesquisa literária para aprofundar os principais conceitos sobre controlo interno e gestão do risco. Seguidamente, procedeu-se à elaboração de um questionário destinado a profissionais de Auditoria e a outros relacionados com a área em análise, de modo a encontrar consensos entre opiniões.

Os resultados obtidos conduziram-nos á validação do modelo de análise, proposto no capítulo metodologia de investigação deste trabalho.

Palavras-chave: Controlo Interno, Gestão do Risco, Estratégia, Objectivos do negócio

Abstract

Companies to achieve the strategy outlined, must establish a governance model that aims to manage risk, leading to the implementation of processes and controls, to reduce the threats and the risk of uncertainty underlying the main activities or businesses developed.

Risk management involves a detailed analysis of the risks underlying the business. Part of risk management is carried out by implementing an internal control system, leading to mitigating negative risks and enhancing positive risks for the company. Internal control is fundamental in risk management, as it is the set of mechanisms and practices used to prevent or detect unauthorized activity, with a view to achieving the company's strategic objectives.

In this sense, the objective of this work was to highlight the importance of the risk management process in outlining the business strategy and in conducting the work to achieve the company's objectives, and to demonstrate the importance of the internal control system in this process and how fundamental part in risk mitigation.

Initially, a literary research was carried out to deepen the main concepts on internal control and risk management. Then, a questionnaire was created for Audit professionals and other parts related to the area under analysis, in order to find consensus between opinions.

The results obtained led us to validate the analysis model proposed, in the research methodology chapter of this work.

Key words: Internal Control, Risk Management, Strategy, Business objectives

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1 AUDITORIA INTERNA	4
1.1 FASES DO PROCESSO DE AUDITORIA INTERNA	7
1.1.1.1 Planeamento	7
1.1.1.2 Execução.....	8
1.1.1.3 Avaliação e elaboração do relatório	9
1.2 CONTROLO INTERNO	10
1.2.1 Componentes do Controlo Interno	13
1.2.1.1 Ambiente de controlo	14
1.2.1.2 Avaliação de risco	14
1.2.1.3 Actividades de controlo	15
1.2.1.4 Informação e comunicação	15
1.2.1.5 Monitorização	16
1.2.2 Técnicas e tipos de controlos.....	16
1.2.3 Efectividade do Controlo Interno	18
1.2.4 A importância do Controlo Interno	19
1.3 GESTÃO DO RISCO	20
1.3.1 Fases do Processo de Gestão do Risco	24
1.3.1.1 Identificação do risco.....	24
1.3.1.2 Avaliações chaves de risco	24
1.3.1.3 Priorização dos riscos	25
1.3.1.4 Monitorização dos riscos	25
1.3.2 O Risco no Processo de Auditoria Interna.....	26
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	30
2 METODOLOGIA.....	31
2.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	31
2.2 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	32
2.3 MODELO DE ANÁLISE	35

2.4 INSTRUMENTOS DE OBSERVAÇÃO E RECOLHA DE DADOS	37
2.4.1 Inquérito por questionário	37
2.4.2 População e Amostra	39
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE	
RESULTADOS	40
3 APRESENTAÇÃO RESULTADOS	40
3.1 ANÁLISE DA AMOSTRA	40
3.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS	43
3.3 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	53
CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÊNDICES	63

Índice de Figuras

Figura 1 - Cubo do COSO (2013)	13
Figura 2 - Segregação de funções.....	17
Figura 3 - Enterprise Risk Management.....	22
Figura 4 - Relação entre Hipóteses de Investigação.....	36

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Perguntas e Hipóteses de Investigação.....	33
Tabela 2 - Questões e respostas afirmativas.....	53
Tabela 3 - Validação Modelo de Análise	54

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Género.....	40
Gráfico 2 - Idade.....	41
Gráfico 3 - Habilitações Literárias	41
Gráfico 4 - Profissão.....	42
Gráfico 5 - Experiência profissional.....	43
Gráfico 6 - O objectivo principal da Auditoria Interna é apoiar a organização no cumprimento dos objectivos acrescentando valor e melhorando as operações?.....	44
Gráfico 7 - Os processos de gestão do risco e de controlo interno assumem um papel de relevância estratégica para o sistema de governação da organização?.....	44
Gráfico 8 - O controlo interno engloba o plano da empresa, políticas, metodologias e procedimentos, para assegurar a execução dos objectivos traçados pela gestão.....	45
Gráfico 9 - A responsabilidade da implementação do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco pertença à Gestão?	46
Gráfico 10 - Uma organização sem um sistema de controlo interno pode comprometer a viabilidade das operações?	46
Gráfico 11 - A avaliação e revisão do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco deve ser feita pela auditoria interna?.....	47
Gráfico 12 - A gestão deve considerar o risco no momento da definição da estratégia e objectivos da entidade.	48
Gráfico 13 - O risco deve ser medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.	48
Gráfico 14 - No processo de gestão de risco, a entidade deve aceitar risco de elevado custo e probabilidade mas cujo retorno/benefício se espere maior?	49
Gráfico 15 - O factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência do risco é o controlo interno?.....	50
Gráfico 16 - Quanto maior é o risco, maior deve ser a necessidade de controlo?.....	50
Gráfico 17 - A integridade e competência da gestão são factores cruciais na mitigação do risco?.....	51
Gráfico 18 - Os procedimentos e controlos instituídos pela entidade, são linhas orientadoras de boas práticas e que ajudam na mitigação do risco?	52

Lista de abreviaturas

CoCo – *Canadian Institute of Chartered Accountants*

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

CI – *Controlo Interno*

ERM – *Enterprise Risk Management*

IIA – *The Institute of Internal Auditors*

IPAI – *Instituto Português de Auditoria Interna*

OCC – *Ordem dos Contabilistas Certificados*

OROC – *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*

PAIB - *Professional Accountants in Business Committee*

SCI – *Sistema de Controlo Interno*

SOX - *Lei Sarbanes-Oxley*

Turnbull – *Revised Guide for directors on the Combined Code, Financial Reporting
Cou*

A globalização das actividades económicas e a exposição a mercados abertos, em ambiente de maior risco, exige dos agentes um maior rigor na gestão das suas actividades. A necessidade de eficácia na realização dos objectivos e de eficiência na utilização dos recursos, exige aos responsáveis das organizações um maior conhecimento e saber no desempenho das suas actividades.

Neste sentido, a Auditoria Interna através do processo de gestão do risco e sistema de controlo interno, pode contribuir de forma muito significativa para reduzir os riscos associados ao exercício das actividades. São instrumentos que permitem á gestão agir com maior segurança e controlar de uma forma mais eficaz.

Desde o momento que a minha carreira profissional iniciou, em meados de 2009, que o gosto pelas normas e procedimentos das empresas onde exerci funções, se sobressaiu, levando-me a explorar cada área especifica de risco e sujeita a controlo, para entender não apenas todo o processo subjacente às actividades, mas também a perceber como determinada norma e procedimento eram garantia razoável de que a probabilidade de risco ou evento adverso ocorrer era minimizada para níveis considerados aceitáveis.

Foi assim que, com toda a naturalidade, escolhi o tema controlo interno e gestão de risco para a dissertação de mestrado. O objectivo deste trabalho, é demonstrar a importância da gestão do risco no cumprimento das metas e objectivos de negócio a que a entidade se propôs e evidenciar o contributo do controlo interno para a mitigação desse risco, explicando os seus conceitos e como actuam individualmente no seio da organização.

O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado á revisão da literatura, onde se abordam os conceitos de auditoria interna, controlo interno e gestão do risco. Descrevemos também quais são os componentes e as técnicas de controlo interno que existem, e as diversas fases do processo de gestão de risco.

O segundo capítulo destina-se à metodologia. Foi feita uma descrição detalhada sobre a metodologia que foi utilizada ao longo do estudo, descreveram-se as duas

hipóteses de investigação, o modelo de análise e definiu-se a amostra e o instrumento de recolha de dados utilizado.

O terceiro capítulo trata da caracterização da amostra e da análise e interpretação dos resultados obtidos na presente investigação, enfatizando as principais ideias e conclusões que foi possível obter com as respostas ao questionário.

Por ultimo, o quarto capítulo apresenta as conclusões gerais do estudo, explicando como o objectivo inicial do trabalho foi alcançado. É explicado também quais foram as principais limitações á elaboração do trabalho e ao mesmo apresentadas propostas para possíveis investigações futuras.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1 Auditoria Interna

O IIA (2020) define a Auditoria Interna como uma actividade independente, de garantia objectiva e consultoria, estabelecida para acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Ajudar a organização a alcançar os seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria dos processos de gestão de risco, de controlo e *governance*.

De acordo com o mesmo instituto o papel da auditoria interna é fornecer garantia independente de que os processos de gestão de risco, *governance* e controlo interno de uma organização estão a operar de maneira eficaz.

“A Auditoria Interna é uma actividade independente, de avaliação objectiva e de consultadoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Assiste a organização na consecução dos seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação. A função de Auditoria Interna deve reportar a um órgão elevado da organização e ao Comité de Auditoria, quando exista, ou a outro, de forma a garantir a sua independência e a permitir cumprir com as suas responsabilidades. O objectivo é o de contribuir para a criação de valor, através do apoio que presta à gestão. De entre as suas principais funções, destacam-se:

- ✓ A avaliação dos processos de gestão do risco e de controlo interno, desenvolvidos pela gestão para a realização dos objectivos da entidade;
- ✓ A avaliação da eficiência e eficácia das operações;
- ✓ A avaliação da conformidade com a legislação, regulamentos e contractos.

A função de auditoria interna assume um papel de relevância estratégica para o sistema de governação da organização.” (<https://www.ipai.pt/faq/faq.php?id=44>). Acesso em Setembro de 2020.

Morais & Martins (2013) entendem que a Auditoria Interna pode contribuir de forma significativa para reduzir os riscos associados ao exercício das actividades dos gestores. Deve ser encarada como um instrumento que permite aos responsáveis agir com maior segurança e controlar com mais conhecimento.

Ao relatar à gestão que riscos importantes foram avaliados e destacando onde as melhorias são necessárias, o auditor interno ajuda a demonstrar que a organização está a

ser gerida efectivamente em nome dos *stakeholders*. Os auditores internos, juntamente com a gestão executiva, a gestão não executiva e os auditores externos, são uma parte fundamental da *governance* de alto nível de qualquer organização.

O objectivo principal da Auditoria Interna é incentivar o cumprimento dos objectivos da entidade acrescentando valor para a mesma. Os objectivos secundários a cumprir para que se atinja o objectivo principal são:

- Avaliar o controlo interno da entidade na vertente financeira e operacional;
- Analisar os activos da entidade considerando possível a sua incorrecta utilização;
- Analisar a fiabilidade do sistema de informação da entidade;
- Considerar o cumprimento por parte da estrutura organizacional, das políticas emanadas pela Direcção;
- Analisar a racionalização dos critérios organizacionais, valorizando a possibilidade de melhor utilização (Morais & Martins, 2013).

“O objectivo primordial da Auditoria Interna é o de auxiliar a empresa e todos os níveis de gestão no cumprimento das suas responsabilidades em promover sistemas de controlo adequados, visando a melhoria da performance e do desenvolvimento sustentável da empresa” (Pinheiro, 2014, p. 33).

“A Auditoria Interna visa entre outros aspectos:

- Analisar e avaliar a segurança, adequação e aplicação de todos os sistemas de controlo;
- Verificar o nível de concordância com as políticas estabelecidas;
- Determinar a eficácia com que os activos estão salvaguardados de perdas;
- Verificar a exactidão e segurança da informação estratégica para a gestão;
- Analisar as operações do ponto de vista da economia, eficácia e eficiência” (Pinheiro, 2014, p. 33).

Pinheiro (2014) entende que a Auditoria Interna é uma função que deve nascer da vontade clara da Administração da empresa e dos seus accionistas. Deverá posicionar-se na estrutura da empresa, ao mais alto nível e assumir um papel preponderante de avaliação das rotinas e métodos de trabalho estabelecidos, sempre

com o objectivo claro de contribuir para a melhoria da *performance* e rentabilidade da organização, criando valor á empresa.

De acordo com o estudo feito sobre o controlo interno, gestão de risco, *governance* e auditoria através dos mais variados autores, podemos concluir que as grandes linhas orientadoras da Auditoria Interna seguem essencialmente os seguintes pontos:

- **Missão:** criação de valores que concorram para a execução da missão e objectivos estratégicos da empresa;
- **Visão:** criação de valores que destaquem as vantagens e benefícios da Auditoria;
- **Objectivos:** estabelecimento de princípios para a gestão e prossecução das estratégias da empresa, criando valor para mesma;
- **Reporte:** A Auditoria Interna deve reportar ao órgão máximo da empresa e á Comissão de Auditoria;
- **Organização:** A Auditoria Interna para o bom cumprimento do seu plano de actividades, deve-se equipar com os meios humanos, técnicos e de equipamentos necessários;
- **Planeamento:** A Auditoria Interna deve construir o seu plano de actividade numa lógica de risco negativo para a empresa, não desperdiçando recursos em auditorias de risco nulo e baixa materialidade e concentrando os seus recursos para as auditorias operacionais;
- **Resultados:** Os resultados devem ser oportunos e apresentados em tempo útil de modo a acrescentar valor para a empresa;
- **Monitorização:** A Auditoria Interna deve monitorizar que as recomendações elaboradas no seu plano de acção e no relatório são devidamente implementadas.
- **Avaliação:** Ao longo do tempo a Auditoria Interna deve ser alvo de avaliação periódica de modo a garantir que a sua função continua a acrescentar valor á empresa e verificar se existem processos que devam ser melhorados;
- **Ética:** os auditores internos devem adoptar comportamentos éticos alinhados com a visão da empresa, que credibilizem a função e transmitam os mesmos princípios éticos a todas as áreas de responsabilidade da empresa.

1.1 Fases do processo de Auditoria Interna

De uma forma geral, e independentemente dos seus objectivos e da entidade por ela responsável, qualquer auditoria desenvolve-se sempre através de três grandes fases sequenciais:

- Planeamento;
- Execução;
- Avaliação e elaboração do relatório.

Para Barbier (1992) a missão da auditoria só poderá ser atingida se se respeitarem determinadas regras e se forem seguidas as fases tradicionais que são a preparação, a missão propriamente dita no terreno e a restituição das conclusões no relatório.

1.1.1.1 Planeamento

De acordo com a Norma 2010 do IIA, o auditor interno deve estabelecer um plano baseado em riscos para determinar as prioridades da actividade de auditoria interna, de forma consistente com as metas da organização. O auditor interno para desenvolver o plano baseado em riscos, deve reunir com a gestão e obter um entendimento das estratégias, objectivos chave de negócio, riscos associados e processos de gestão de riscos da organização.

Para Pinheiro (2014) o planeamento compreende a análise dos procedimentos e sistemas de controlo interno, com vista á identificação de fragilidades e medidas correctivas a implementar. O programa de trabalho é elaborado tendo em consideração as principais fragilidades identificadas e as necessidades de melhorias para ajudar a gestão operacional a aumentar a performance da empresa.

“O adequado planeamento de uma auditoria é muito importante, pois permite ao auditor recolher prova suficiente e apropriada para suportar as suas conclusões minimizando as possibilidades de litígio” (Almeida, 2017, p. 146).

“Os objectivos do planeamento são estabelecer prioridades face às áreas ou operações a auditar, rendibilizar os processos, determinar a profundidade dos testes e identificar os recursos necessários e adequados” (Morais & Martins, 2013, p. 144).

Nesta fase deve obter-se um estudo preliminar, cujo objectivo é um elevado conhecimento da entidade a auditar e a elaboração e a aprovação do plano global de auditoria.

“Aquando da elaboração do plano de auditoria, deve-se ter em conta os seguintes requisitos mínimos:

- Dimensão da entidade;
- Sector de actividade a que pertence;
- Identificação das funções mais relevantes dentro da entidade;
- A entidade é objecto de auditorias externas periódicas;
- Correcto tratamento da informação;
- Filosofia de gestão quanto às políticas gerais;
- Situação económico-financeira da entidade” (Morais & Martins, 2013, p. 145).

1.1.1.2 Execução

Após se ter avaliado o controlo interno e avaliado o risco, procede-se á execução do exame e avaliação da informação. O auditor interno efectua uma revisão detalhada das operações e processos, e respectivo sistema de controlo interno e gestão de risco, recorrendo a testes de conformidade/controlo que permitam avaliar a concepção e eficácia do sistema. Em função dos testes a realizar o auditor interno decide se analisa todo o universo ou se recorre á amostragem, utilizando as técnicas adequadas aos testes.

“O auditor recolhe a prova que ateste a fiabilidade do controlo interno, ou seja, como este afecta a credibilidade da informação financeira e como protege os activos e as transacções da organização. Primeiramente utiliza procedimentos que permitam avaliar o risco, obtendo assim um entendimento sobre o controlo interno. Posteriormente, utiliza esse entendimento para identificar potenciais distorções, factores de risco e desenhar a estratégia da auditoria” (Almeida, 2017, p. 332).

O trabalho de campo segundo Pinheiro (2014) desenvolve-se junto dos responsáveis pela actividade auditada no sentido de validar, através de testes, as informações conseguidas no planeamento.

“O trabalho de campo é uma tarefa de comparação com o padrão, de forma a apurar desvios, e uma avaliação dos procedimentos de controlo interno entre o previsto nos normativos e a evidência das tarefas quotidianas” (Pinheiro, 2014, p. 191).

A recolha de elementos deverá ter em conta os destinatários e os objectivos e consequentemente o produto final, o Relatório. Todas as análises, testes e reuniões devem estar demonstradas nos papéis de trabalho. Estes deverão estar bem guardados de forma a permitir o seu controlo e posterior consulta por terceiros, mas sobretudo porque, a boa manutenção dos papéis de trabalho reflectem rigor, demonstra que mesmo que não venham a ser utilizados por terceiros, o auditor anotou cuidadosamente as referências dos testes, as constatações das análises, as prestações de contas, de forma estruturada.

1.1.1.3 Avaliação e elaboração do relatório

Após ter efectuado o exame e a avaliação, estando na posse da prova suficiente e adequada, o auditor interno está em condições de elaborar as conclusões e efectuar recomendações. As recomendações devem ser oportunas, viáveis e fundamentadas. Devem ser claras e facilmente compreensíveis, dirigidas a pessoas que tenham competência para as implementar.

Nas Normas do IIA é dado ênfase ao processo de comunicação e não especificamente aos relatórios, contudo o Relatório é a declaração formal da comunicação dos resultados. É um dos documentos mais relevantes para o auditor interno, dado que é por este meio que comunica aos diferentes destinatários as conclusões do seu trabalho.

O relatório de auditoria é o corolário final do trabalho desenvolvido pelo auditor interno, desde o planeamento á execução dos trabalhos.

O autor Pinheiro (2014) refere que o relatório de auditoria é o documento formal do departamento, no qual são estabelecidas as conclusões do trabalho realizado, a metodologia associada ao desenvolvimento do trabalho, os testes realizados, a avaliação global sobre a área ou processo e as respectivas propostas de recomendações.

Segundo este, o relatório de auditoria interna deve conter as seguintes características:

- Deve ser preciso;
- Deve ser objectivo;
- Deve ser claro;
- Deve ser construtivo;
- Deve ser oportuno.

“Os objectivos do Relatório devem ser:

- Reportar informação necessária e relevante que permita conduzir as recomendações susceptíveis de ajudar na tomada de decisão;
- Fornecer um relato permanente, global e coerente de uma investigação, trabalho ou estudo;
- Identificar com clareza as melhorias necessárias á entidade;
- Induzir os destinatários para a necessidade da implementação das recomendações;
- Vender convictamente o trabalho da actividade da auditoria interna;
- Avaliar o trabalho do auditor interno” (Morais & Martins, 2013, p. 161).

De salientar um aspecto referido por Etienne Barbier (1992), de que dever-se-á evitar incluir no relatório apenas os pontos negativos tendo, pelo contrário, o cuidado de transmitir uma imagem fiel da realidade, ponderando e criando uma relatividade entre as constatações.

O auditor interno não deve escrever nada que não tenha sido previamente discutido com os auditados, de acordo com o principio da transparência. Deve ser dada oportunidade ao auditado para esclarecer os pontos concretos do exame de avaliação para expressar os seus pontos de vista sobre as revelações, conclusões e recomendações.

1.2 Controlo Interno

O COSO (2013) define o controlo interno como um processo realizado pela gestão, para fornecer segurança razoável à consecução dos objectivos relacionados com as operações do negócio, reporte financeiro e *compliance*.

<https://www.coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>).

Acesso em Setembro de 2020.

O controlo interno ajuda as entidades a alcançar os objectivos propostos, melhorando o desempenho do seu negócio. Permite que as organizações desenvolvam de maneira efectiva e eficiente sistemas de controlo interno que se adaptam aos desafios quer a nível operacional e de negócio, que ajudem a mitigar riscos para níveis considerados aceitáveis e apoiam a tomada de decisões da gestão.

O controlo interno é definido por este organismo através dos seguintes conceitos:

- Realização de objectivos nas operações, nos relatórios e na conformidade.
- Um processo que consiste em tarefas e actividades em andamento. É um conjunto de acções estruturadas e coordenadas que envolve todas as actividades da organização.
- Efectuados por pessoas - não apenas sistemas e manuais de normas e procedimentos, mas sobre pessoas e as acções que elas executam em todos os níveis de uma organização que afectem o controlo interno.
- Capaz de fornecer segurança razoável - mas não segurança absoluta, à alta administração e ao conselho de administração de uma entidade.
- Adaptável à estrutura da entidade - aplicação flexível para toda a entidade ou para uma subsidiária, divisão, unidade operacional ou processo de negócios específico. (<https://www.coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>). Acesso em Setembro de 2020.

“O controlo Interno pode definir-se como o conjunto de mecanismos ou práticas utilizadas para evitar ou detectar actividade não autorizada, na perspectiva da consecução dos objectivos traçados para a empresa” (Pinheiro, 2014, p. 99).

O mesmo autor refere que o sistema de controlo interno engloba o plano da empresa, políticas, metodologias e procedimentos de controlo instituídos, para assegurar a prossecução dos objectivos traçados pela gestão (Pinheiro, 2014).

Para Almeida (2017) uma das tarefas mais importantes para o auditor é compreender o sistema de controlo interno de uma organização. O sistema de controlo interno é implementado pelo órgão de gestão com a finalidade de que distorções materiais sejam prevenidas e no caso de ocorrerem sejam detectadas.

Barbier dizia “Podemos afirmar que a empresa possui um controlo interno quando, na sua globalidade, está dotada de uma organização própria de antecipação dos riscos a fim de minimizar as consequências e otimizar a sua performance” (Barbier, 1992, p. 13).

Actualmente existem três relatórios que são reconhecidos mundialmente, como constituindo a estrutura através da qual deve ser feita a avaliação da implementação e da eficiência de um sistema de controlo interno, que são eles o COSO, CoCo e Turnbull.

“Não existem diferenças substanciais nos três tipos de relatórios. Todos incluem uma definição de controlo interno, descrevem o processo que permite a uma organização obter uma segurança razoável de que os seus objectivos são atingidos e reconhecem que a responsabilidade pela implementação do controlo interno não reside só no órgão de gestão, mas também nos auditores internos e nos trabalhadores de cada empresa” (Almeida, 2017, p. 333).

Existe Controlo adequado quando a Gestão o planeou e organizou de tal modo que foi assegurada uma auditoria razoável que os riscos da entidade foram adequadamente geridos e de que os objectivos e metas da entidade serão alcançados de forma eficiente e económica. (<https://na.theiia.org/standards-guidance/Public%20Documents/IPPF%202013%20English.pdf>). Acesso em Setembro de 2020.

O IIA (2020) estabelece cinco premissas para o controlo interno:

- Conformidade com as leis, regulamentos, políticas e procedimentos em vigor;
- Concorrer para o alcance da estratégia e objectivos delineados;
- Confiança do sistema de informação;
- Gestão eficaz e eficiente dos recursos;
- Salvaguarda dos activos.

Qualquer entidade, independentemente da sua dimensão, tem uma estrutura própria com os meios necessários para a optimização da gestão. Se nas entidades pequenas, é o proprietário que define as regras e orienta o negócio, o mesmo não é possível quando a entidade é maior e a complexidade aumenta, daí a necessidade de

implementar um eficiente e eficaz sistema de controlo interno. A responsabilidade pela implementação e manutenção do sistema de Controlo Interno cabe ao Órgão de Gestão, enquanto que a sua avaliação cabe ao auditor interno.

1.2.1 Componentes do Controlo Interno

O conceito do COSO assenta numa filosofia hierarquizada de objectivos-riscos-controlo. A estrutura do COSO é uma ferramenta importante uma vez que permite que a entidade se centre nas suas estruturas chave, valores e processos que compõe o conceito de controlo interno. Esta ferramenta baseia-se em cinco componentes integrados e interligados entre si. É de extrema relevância descrever sucintamente cada um destes componentes do controlo interno, de modo a entender-se como o Controlo Interno opera entre as várias ramificações da entidade e qual a sua importância para a avaliação e mitigação dos riscos associados á actividade e negócio da empresa.



Figura 1 - Cubo do COSO (2013)

Fonte: (COSO, 2013)

1.2.1.1 Ambiente de controlo

O ambiente de controlo é o conjunto de processos e estruturas que fornecem a base para a realização do controlo interno em toda a organização. O ambiente de controlo compreende a integridade e os valores éticos da organização, os parâmetros que permitem á gestão desempenhar as suas responsabilidades de supervisão e de *Governance*, a estrutura organizacional e a atribuição de autoridades e responsabilidades, o processo de atracção, desenvolvimento e retenção de indivíduos competentes, e o rigor em torno de medidas de desempenho, incentivos e recompensas para impulsionar a responsabilidade pelo desempenho.

“O ambiente de controlo está relacionado com todas as áreas da organização e influencia o modo como o controlo interno é visto pelos trabalhadores. Trata-se do pilar base em relação ao qual as outras componentes do controlo interno se sustentam” (Almeida, 2017, p. 336).

O ambiente de controlo é definido por Pinheiro (2014) como caracterizador da empresa influenciando a consciência de controlo das pessoas. É um alicerce fundamental que inclui a integridade, valores éticos, competência profissional e filosofia de gestão.

1.2.1.2 Avaliação de risco

Toda a entidade enfrenta uma diversidade de riscos provenientes de fontes externas e internas. Risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afectar a consecução dos objectivos. A avaliação de riscos envolve um processo dinâmico para identificar e avaliar riscos para a consecução dos objectivos. Uma condição essencial e prévia para a avaliação dos riscos é o estabelecimento de objectivos, vinculados em diferentes níveis na entidade. A gestão determina os objectivos nas categorias relacionadas às operações, aos relatórios e á conformidade com clareza suficiente para poder identificar e analisar os riscos para cada um deles.

“A avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão que permite identificar, analisar e responder a esses riscos. As constantes mudanças no ambiente económico, industrial, legal e operacional, obrigam as organizações a estarem

atentas a essas mudanças e ao modo como elas podem influenciar os seus objectivos” (Almeida, 2017, p. 337).

Pinheiro (2014) refere que a definição de riscos deverá ter como condição essencial a fixação de objectivos, coerentes aos diversos níveis e consistentes, em duas vertentes: identificação e análise dos riscos mais relevantes.

1.2.1.3 Actividades de controlo

Actividades de controlo são o conjunto de acções criadas por normas e procedimentos que ajudam a garantir que as directrizes da gestão para mitigar riscos á prossecução dos objectivos sejam realizadas. As actividades de controlo estão presentes em todos os níveis da entidade e nos vários processos de negócios. Podem ser de natureza preventiva ou detectiva e abrangem uma série de actividades quer manuais ou automatizadas, tais como autorizações, aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho.

Almeida (2017) refere que actividade de controlo entende-se como todas as políticas e procedimentos encetados pelo órgão de gestão com o objectivo de mitigar os riscos internos e externos e aumentar a probabilidade dos objectivos da organização serem atingidos.

A actividade de controlo “compreende as políticas e procedimentos que permitem garantir a observância das orientações da gestão, com o objectivo de minimizar os riscos inerentes ao exercício da actividade” (Pinheiro, 2014, p. 109).

1.2.1.4 Informação e comunicação

As informações são necessárias para que a entidade realize responsabilidades de controlo interno para apoiar a consecução de seus objectivos. A comunicação é um processo contínuo e iterativo de fornecer, partilhar e obter as informações necessárias, é o meio pelo qual as informações são transmitidas por toda a organização. Ela permite que o pessoal receba uma mensagem clara da gestão de quais as responsabilidades de controlo que devem ser tidas em conta.

“Um sistema de informação relevante para o processo de relato financeiro inclui: o sistema contabilístico e os procedimentos que permitam iniciar, autorizar, contabilizar e comunicar as transacções da organização e manter os activos devidamente salvaguardados” (Almeida, 2017, p. 340).

“Os sistemas de informação devem produzir relatórios que tornem exequível a condução e controlo das actividades da empresa. A comunicação deverá chegar às pessoas forma clara e precisa” (Pinheiro, 2014, p. 109).

1.2.1.5 Monitorização

Processos de avaliações são usados para verificar se os componentes do controlo interno, estão presentes e a funcionar. Este processo é contínuo e as suas conclusões são avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, pelos órgãos ou pela gestão e as deficiências são comunicadas à gestão e ao conselho de administração, com o objectivo de que sejam tomadas as acções correctivas necessárias.

“A monitorização dos controlos consiste numa supervisão regular dos mesmos, ou seja, é um processo que avalia o desempenho das componentes do controlo interno ao longo do tempo”. A monitorização do ambiente de controlo, da avaliação do risco, da actividade de controlo e da informação e comunicação fornece *feedback* sobre a eficiência dos controlos, agindo como um estímulo a sua renovação ou à implementação de melhorias” (Almeida, 2017, p. 341).

1.2.2 Técnicas e tipos de controlos

Qualquer sistema de controlo interno deve incluir os controlos adequados, que podem ser classificados em preventivos, de detecção e correctivos. Enquanto os controlos preventivos servem para impedir que factos indesejáveis ocorram, os controlos de detecção servem para detectar ou corrigir factos indesejáveis que já tenham ocorrido e os controlos correctivos servem para rectificar problemas identificados.

Segundo Almeida (2017) os controlos são classificados do seguinte modo: *controlos preventivos*, que se destinam a evitar que distorções ocorram nas demonstrações financeiras; *controlo detectivos*, cuja finalidade é detectar distorções que

não tenham sido prevenidas pelos controlos preventivos, e *controlos correctivos* com a finalidade de corrigir as distorções detectadas pelos controlos detectivos.

Para Alves (2015) os controlos podem também ser classificados como controlos directivos e controlos compensatórios. Os controlos de direcção identificam os eventos que exigem acções intercalares imediatas com influência na realização dos objectivos mais latos da entidade. Os controlos de acção posterior distinguem-se dos anteriores pelo facto da acção da gestão ser tomada após o acontecimento e tomar a forma de uma correcção após ocorrido o facto.

A segregação de funções, separação de funções e de responsabilidade, é uma das características mais importantes do controlo interno:

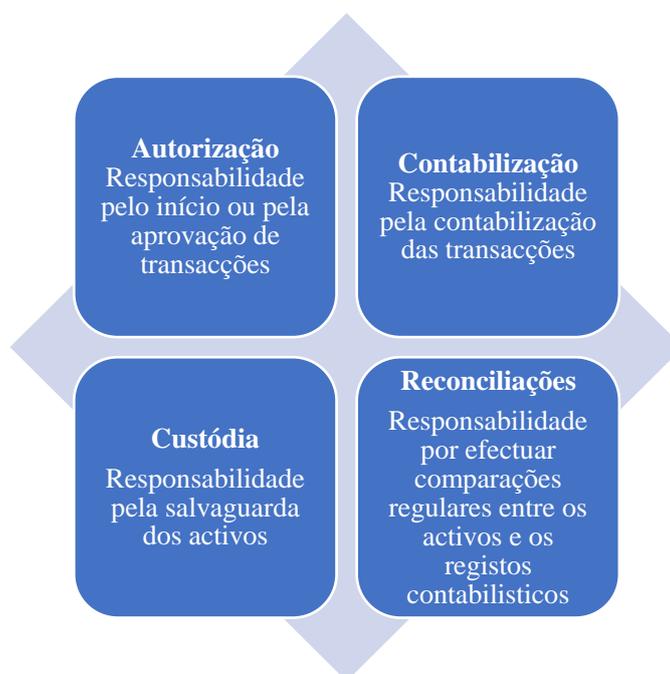


Figura 2 - Segregação de funções

Fonte: Manual de Auditoria Financeira, Bruno José Machado de Almeida (2017)

Para Moeller (2007) um sistema de controlo interno deve conter os seguintes elementos:

- Um sensor ou elemento de detecção para detectar o que está a acontecer;
- Um elemento de selecção que serve para comparar aquilo que está a acontecer com o padrão;

- Um elemento controlador que induza uma alteração nas atitudes resultante da comparação entre o padrão e a realização;
- Um elemento de comunicação utilizado para fazer circular informação entre os órgãos controlados e o elemento de selecção.

1.2.3 Efectividade do Controlo Interno

Um sistema de Controlo Interno eficaz assegura uma garantia razoável em relação à consecução dos objectivos de uma entidade e reduz, para um nível aceitável, o risco de não atingir os objectivos a que uma entidade se propôs.

Quando um sistema de controlo interno é denominado como eficaz, a gestão e a entidade têm garantia razoável, de que a organização concretiza operações e tarefas eficientes quando é provável que eventos externos tenham um impacto significativo na consecução dos objectivos ou quando a organização pode prever razoavelmente a natureza e o cronograma dos eventos externos e mitigar o impacto para um nível aceitável. Um sistema eficaz de controlo interno deve conter como base da sua estrutura, as normas e procedimentos para determinados planos de acção, mas também o uso do julgamento. A gestão utiliza o julgamento para determinar o quanto o controlo interno é suficiente ou insuficiente.

“O auditor deve avaliar o desenho dos controlos, determinando se estes estão a ser aplicados eficazmente, satisfazendo os objectivos das organizações e se previnem ou detectam e corrigem distorções causadas por erros ou fraudes que poderiam resultar em distorções relevantes nas demonstrações financeiras. A metodologia mais usual para o auditor obter uma compreensão sobre o desenho dos controlos é através da realização de testes *walkthrough*. Estes testes são uma combinação de entrevistas, observações, análise documental e re-execução, acompanhando uma transacção desde o seu início até ao momento em que é evidenciada nas demonstrações financeiras” (Almeida, 2017, p. 344).

Segundo Almeida (2017) ao efectuar o levantamento do controlo interno, o auditor reúne a prova, através de inquéritos, inspecção documental, observação e re-execução, que considera necessária para suportar a sua afirmação sobre o adequado funcionamento do controlo interno.

“As principais etapas a seguir pelo auditor na avaliação da efectividade do controlo interno são:

1. Descrição do sistema a fim de verificar a sua eficiência e se existe ou não procedimentos de controlo adequados;
2. Verificação da descrição do sistema, que consiste na obtenção da prova de que o sistema descrito pelo auditado reflecte o que realmente existe;
3. Execução de testes de conformidade, que consistem na avaliação preliminar da existência efectiva do controlo interno estabelecido em cada um dos subsistemas;
4. Execução de testes substantivos com o objectivo de obter um grau de confiança razoável de que os procedimentos de controlo estão a ser aplicados de acordo com o pré-estabelecido” (Morais & Martins, 2013, p. 40).

1.2.4 A importância do Controlo Interno

Para a OCC a importância do Controlo Interno é crucial para o desenrolar de todas operações da empresa. É impossível gerir uma empresa que não disponha de controlos, pois estes permitem a sustentabilidade das suas operações. (https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1213983276_60e61_gestao.pdf). Acesso em Outubro de 2020.

“Uma das tarefas mais importantes para o auditor é compreender o sistema de controlo interno de uma organização. O sistema de controlo interno é implementado pelo órgão de gestão com a finalidade de que distorções materiais sejam prevenidas e no caso de ocorrerem sejam detectadas. O controlo interno desempenha um importante papel na forma como o órgão de gestão aborda as suas responsabilidades de agência. Este órgão tem a responsabilidade de desenvolver, implementar e manter um bom sistema de controlo interno que assegure que os activos e que as transacções sejam salvaguardadas, bem como que as informações geradas por este sejam fiáveis para o processo de tomada de decisão” (Almeida, 2017, p. 332).

“Na ausência de controlo interno da empresa, toda a gestão está comprometida e todas as metas previstas têm pouca viabilidade de se concretizarem. É sobre o Balanço e Demonstração de Resultados que o gestor analisa a situação da sua empresa, e

informações distorcidas podem levar a conclusões erradas e prejudiciais para a gestão da empresa” (Lima, 1985, p. 6).

O sistema de controlo interno deve possibilitar que as informações que chegam ao órgão de gestão sejam as correctas. Com o crescimento da actividade, a organização estrutural vai ficando cada vez mais complexa e torna-se imperativo criar mecanismos capazes de controlar as actividades que anteriormente eram supervisionadas directamente pelo administrador/gestor. Outro aspecto relevante do sistema de controlo interno é o seu efeito dissuasor face a possíveis acções que possam prejudicar a empresa, pois havendo um controlo rigoroso das diversas operações, a probabilidade de ocorrência de erro ou fraude é menor.

Para o PAIB devido aos escândalos financeiros nos últimos anos, a importância do controlo interno é fulcral no sentido de prevenir a ocorrência de eventuais erros ou fraudes. Em resposta a estes escândalos, várias novas leis, regulamentos e padrões de listagem foram emitidos. Uma destas leis que ficou internacionalmente conhecida é a Lei Sarbanes-Oxley dos EUA de 2002 conhecida como lei SOX, na qual exige que as empresas registradas na Secção de Títulos e Câmbios dos Estados Unidos reportem os seus controlos internos nos relatórios financeiros emitidos. (<https://www.ifac.org/system/files/publications/files/internal-controls-a-revie.pdf>).

Acesso em Outubro de 2020.

1.3 Gestão do Risco

Há muitos anos atrás que a gestão de risco sempre foi entendida na sua forma mais básica como a relacionada á actividade de seguros. Um indivíduo, organização ou empresa usaria uma abordagem baseada num determinado risco para tomar uma decisão sobre qual o tipo de seguro a adquirir para cobrir um determinado risco. Hoje em dia, as empresas e os indivíduos enfrentam uma ampla variedade de riscos e precisam de ajuda e ferramentas para ajudar a resolver todos os problemas, a fim de tomar decisões racionais em resposta a esses riscos.

A organização para atingir a estratégia delineada deve criar um modelo de *governance* que vise a gestão do risco, conduzindo á implementação de processos e

controles, para minimizar as ameaças e o risco de incerteza subjacentes á actividade e negócio da organização.

Entende-se por risco como a possibilidade de um evento afectar quer positivamente quer negativamente, os objectivos de uma organização.

Mckeever (2006) citado por Pinheiro (2014) define o risco como um evento, que pode ter impacto no negócio (positivo ou negativo) devendo, por isso, ser gerido de forma oportuna, adequada e apropriada.

“Para mitigar os riscos é fundamental a existência de factores, tais como a competência, integridade da gestão e dos colaboradores e um sistema de informação capaz de incorporar controles nas aplicações para produzir alertas com oportunidade. A elaboração pelas empresas da matriz de processos e de riscos é uma peça chave no sistema de controlo interno” (Pinheiro, 2014, p. 102).

O IIA (2012) define o risco como a possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto sobre a concretização dos objectivos. O risco é medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.

O *COSO Enterprise Risk Management*, destaca a importância de se considerar o risco no processo de definição de estratégia e na condução do desempenho da organização. O objectivo do ERM é ajudar as organizações a proteger e aumentar o valor dos seus *stakeholders*. A filosofia subjacente é que o valor é maximizado quando a gestão define a estratégia e os objectivos para atingir um equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e retorno e os riscos relacionados, e implanta de forma eficiente e eficaz os recursos em busca dos objectivos da entidade.

De acordo com o ERM, os principais benefícios que as organizações podem obter utilizando o processo de gestão de risco são:

- Aumentar a gama de oportunidades: ao considerar todas as possibilidades - tanto os aspectos positivos quanto os negativos do risco - a gestão pode identificar novas oportunidades e desafios únicos associados às oportunidades actuais.
- Identificar e gerir riscos em toda a entidade: Cada entidade enfrenta uma vasta gama de riscos que podem afectar muitas partes da organização. Às vezes, um risco pode originar-se em uma parte da entidade, mas afectar uma

parte diferente. Conseqüentemente, a administração identifica e gere esses riscos em toda a entidade para sustentar e melhorar o desempenho.

- Aumentar os resultados positivos e as vantagens, ao mesmo tempo que reduz as surpresas negativas: a gestão de riscos corporativos permite que as entidades melhorem a sua capacidade de identificar riscos e estabelecer respostas adequadas, reduzindo surpresas e custos ou perdas relacionados, enquanto lucram com desenvolvimentos vantajosos.
- Melhorar a distribuição de recursos: Todo o risco pode ser considerado como uma utilização de recursos. A obtenção de informações sobre o risco permite que a gestão, em face dos recursos finitos que dispõe, avalie as necessidades gerais de recursos, priorize a implantação de recursos e aprimore a sua alocação.
- Aumentar a resiliência da empresa: a viabilidade de médio e longo prazo de uma entidade depende de sua capacidade de antecipar e responder às mudanças, não apenas para sobreviver, mas também para evoluir e prosperar. Isso é, em parte, possibilitado pela gestão eficaz de riscos corporativos. Isto torna-se cada vez mais importante à medida que o ritmo das mudanças acelera e a complexidade dos negócios aumenta.

O *COSO Enterprise Risk Management* (2017) é um conjunto de princípios organizados em cinco componentes inter-relacionados:



Figura 3 - Enterprise Risk Management

Fonte: Executive Summary: Enterprise Risk Management—Integrating with Strategy and Performance (2017)

1. *Governance* e Cultura: A *Governance* define o tom da organização, reforçando a importância e estabelecendo responsabilidades de supervisão para a gestão de riscos corporativos. A cultura diz respeito aos valores éticos, comportamentos desejados e compreensão do risco na entidade.
2. Estratégia e estabelecimento de objectivos: A gestão de riscos corporativos, a estratégia e o estabelecimento de objectivos trabalham juntos no processo de planeamento estratégico. Um apetite de risco é estabelecido e alinhado com a estratégia; os objectivos de negócios colocam a estratégia em prática enquanto servem de base para identificar, avaliar e responder ao risco.
3. Desempenho: os riscos que podem impactar a realização das estratégias e dos objectivos de negócio precisam ser identificados e avaliados. Os riscos são priorizados por gravidade no contexto do apetite de risco. A organização selecciona as respostas aos riscos e faz uma visão do portfólio da quantidade de risco que assumiu.
4. Revisão: Ao rever o desempenho da entidade, uma organização pode identificar quão bem os componentes de gestão de risco corporativo estão a funcionar ao longo do tempo e quais as revisões que são necessárias.
5. Informações, comunicação e relatórios: a gestão de riscos corporativos requer um processo contínuo de obtenção e partilha das informações necessárias, tanto de fontes internas quanto externas, que fluem para cima, para baixo e em toda a organização.

“A avaliação do risco usando a metodologia do ERM, é uma função fundamental da actividade da Auditoria Interna, reconhecida tanto pelo IIA como pelo COSO. É um guia de implementação prática acessível a todas as entidades, que permite tratar eficazmente a incerteza porque ajuda a enfrentar os riscos e a atingir os objectivos, evitando surpresas. É uma estrutura integrada concebida para identificar, avaliar e medir ameaças e oportunidades com grau de segurança razoável” (Morais & Martins, 2013, p. 134).

Para Moeller (2007) enquanto alguns gestores na sua área de actuação empresarial avaliam as operações como de alto, médio ou baixo risco e depois tomam decisões sobre o seguro ou a protecção contra riscos com base nessas opções, outros

utilizam ferramentas qualitativas e quantitativas mais sofisticadas para ajudá-los a entender e avaliar esses riscos. Este é o processo de gestão de riscos.

1.3.1 Fases do Processo de Gestão do Risco

Segundo Moeller (2007) a gestão de risco deve ser considerada como um processo de quatro etapas, Identificação do Risco, Priorização dos riscos, Avaliações Chaves de risco e Monitorização dos riscos. Através de processos tradicionais de avaliação de riscos do COSO ERM, é necessário identificar e entender os vários riscos que uma organização enfrenta para avaliar os mesmos em termos de custo/impacto e probabilidade para desenvolver respostas no caso de ocorrência do risco e desenvolver procedimentos e normas para descrever o que aconteceu, bem como as acções correctivas a utilizar no futuro.

Também Pinheiro (2014) refere que a gestão de risco passa pela análise detalhada dos riscos subjacentes ao negócio e assenta em quatro fases: identificar, medir, priorizar e implementar acções correctivas, tendo em vista mitigar o risco.

1.3.1.1 Identificação do risco

A gestão deve procurar identificar todos os riscos possíveis que possam afectar negativamente o sucesso da empresa, desde os riscos maiores ou mais significativos para o negócio, até os riscos menos importantes associados a projectos individuais ou unidades de negócios menores. O processo de identificação de riscos requer uma abordagem cuidada para analisar os riscos potenciais em cada área de operação e identificar as áreas de risco mais significativas que podem afectar negativamente cada operação num determinado período de tempo razoável.

“Os objectivos têm de estar bem definidos, detalhados, classificados e hierarquizados, a fim de se identificar mais eficazmente os riscos associados” (Morais & Martins, 2013, p. 132).

1.3.1.2 Avaliações chaves de risco

Tendo sido identificados os riscos significativos que afectam a entidade em vários níveis, o próximo passo é avaliar sua probabilidade e importância de ocorrência. A ideia é ajudar a gestão a decidir qual das várias ocorrências de eventos de risco deve dar á gestão o maior nível de preocupação. Quando um grande número de riscos foi identificado, as equipas de avaliação devem pensar nas probabilidades e nas ocorrências individuais em termos de probabilidades de dois dígitos, variando entre 0% a 100%. Os riscos nunca têm probabilidade de ocorrência zero ou 100% de probabilidade de ocorrer.

“A avaliação do risco consiste na identificação e análise dos factores que possam afectar adversamente a consecução dos objectivos, quantificando-os e gerindo-os através de um processo sistemático e dinâmico” (Morais & Martins, 2013, p. 132).

1.3.1.3 Priorização dos riscos

A quantificação do risco pode ser difícil de obter com precisão. Toda a estimativa inicial de risco para uma área em particular é objecto de informação limitada. Á medida que mais informação é disponibilizada, é necessário fazer novas avaliações e comparações de risco. A ideia é estimar o custo do impacto de algum risco identificado ocorrer e, em seguida, aplicar esse custo a uma probabilidade de derivar de um valor esperado do risco. Este momento é importante para identificar o *owner* do risco, a pessoa ou entidade responsável por reconhecer e monitorizar o *status* de um risco específico.

De acordo com Almeida (2017) identificando quais os riscos que possam constituir um obstáculo á consecução dos objectivos de uma organização, a mesma deverá determinar o modo de estes serem mitigados e qual o seu potencial impacto nas demonstrações financeiras.

1.3.1.4 Monitorização dos riscos

Uma vez identificados e priorizados os riscos, a entidade precisa monitorizá-los e fazer ajustes contínuos, conforme seja necessário. Esse monitoramento de risco pode ser executado pelo *owner* do processo ou por um revisor independente, geralmente um gestor de risco da empresa ou um auditor interno. Por norma o *owner* do processo ou

um membro da equipa de gestão responsável pela área de risco é o melhor recurso para monitorizar o risco. O *owner* de um processo geralmente é a melhor fonte para fornecer uma avaliação imparcial da natureza do risco em determinado momento.

“As mudanças internas e as mudanças externas influenciam o *modus operandi* dos controlos. Controlos que serão adequados perante uma determinada situação podem revelar-se inadequados quando essa situação altera. Por exemplo se uma organização alterar a sua linha de negócio, poderá ser necessário alterar os controlos, pois a nova linha enfrenta outros riscos” (Almeida, 2017, p. 342).

1.3.2 O Risco no Processo de Auditoria Interna

A Auditoria Interna através da sua actuação regular da eficácia dos controlos internos tem um papel importante na avaliação da eficácia da gestão de risco na organização. A avaliação dos diferentes riscos ajudam a Auditoria Interna a definir o seu plano de trabalho, determinando quais são as áreas de maior risco, e portanto, as que devem ser analisadas primeiro.

O factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência do risco é o controlo interno. Controlos eficientes reduzem a probabilidade de impacto negativo, o risco. Controlos deficientes aumentam a probabilidade de perda.

Segundo Morais & Martins (2013) o risco não é só importante para a gestão como também o é para os auditores internos, devido á sua relação com o sistema de controlo. Quanto maior é o risco, maior é a necessidade de controlo.

A gestão deve procurar minimizar os riscos, reconhecendo a sua existência e monitorizando-os, reforçando os sistemas de controlo interno, transferindo o risco através de seguros de possíveis perdas.

“É da responsabilidade do Órgão de Gestão a gestão do risco e é da responsabilidade da actividade de Auditoria Interna avaliar a adequação do processo de gestão de risco (Morais & Martins, 2013, p. 130).

Embora os auditores internos possam assumir um papel relevante na implementação dos processos de gestão de risco, não poderão ser os responsáveis pela sua gestão.

Segundo David NcNamee citado por Morais & Martins (2013) risco é a quantificação da incerteza. No processo de negócio a incerteza está associada a concretização dos objectivos organizacionais. As consequências podem ser positivas (oportunidades) ou negativas (apenas riscos).

Ainda segundo as mesmas autoras, alguns riscos são extremamente difíceis de controlar, mas a gestão pode recorrer a técnicas de gestão de risco para minimizar as potenciais perdas ou estabelecendo um retorno económico maior em compensação de riscos crescentes.

“O risco de controlo está relacionado com a possibilidade de uma distorção, causada por erro ou fraude, não ser prevenida ou detectada pelo sistema de controlo interno da organização. Quando o auditor avalia o risco de controlo como alto, significa que as distorções podem não ser detectadas nem corrigidas pelo órgão de gestão. O auditor não tendo plena confiança no controlo interno, face às suas limitações, terá de efectuar procedimentos substantivos” (Almeida, 2017, p. 170).

Para Pinheiro (2014) parte da gestão do risco é realizada pela implementação de um sistema de controlo interno (SCI), conducente a mitigar os riscos negativos e a potenciar os riscos positivos para a empresa.

O mesmo autor refere ainda que na gestão do risco o controlo interno é fundamental, que se pode definir como o conjunto de mecanismos ou práticas utilizadas para evitar ou detectar actividade não autorizada na perspectiva da consecução dos objectivos estratégicos definidos para a empresa.

O risco deve ser alinhado com os objectivos do controlo interno e de acordo com a Norma 2120.A1 do IIA, deve ser avaliada a eficiência e eficácia desses controlos, como resposta ao risco. Os seus objectivos devem ser:

- Confiança e Integridade da informação financeira e operacional;
- Concretização dos objectivos estratégicos da entidade;
- Eficiência e eficácia das operações e programas;
- Salvaguarda dos activos;
- Cumprimento das leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contractos.

A Norma 1220.A-3 do IIA refere que os auditores internos devem estar alerta para os riscos significativos que possam afectar os objectivos, as operações ou os

recursos. No entanto todos os procedimentos de auditoria levados a cabo, não garantem por si só que todos os riscos sejam identificados. É com base na avaliação de risco que são determinadas as áreas prioritárias ou processos a auditar e é elaborado o plano anual das auditorias a realizar.

A actividade de Auditoria Interna, no âmbito do ERM explicado anteriormente neste trabalho, tem como objectivo garantir os processos de gestão de risco, a eficácia e eficiência das respostas ao risco e actividades de controlo, a integridade da informação gerada sobre a gestão de risco. Desta forma, as principais funções da actividade da Auditoria Interna são:

- Facilitar a identificação e avaliação dos riscos;
- Ajudar a gestão nas respostas perante os riscos;
- Coordenar as actividades da gestão dos riscos;
- Manter e desenvolver a estrutura de gestão integrada de riscos;
- Liderar a elaboração da gestão integrada de riscos;
- Desenvolver a estratégia para a gestão de riscos para aprovação por parte da gestão.

De acordo com Morais & Martins (2013) são 18 os principais factores de risco que devem ser considerados pelos auditores internos:

1. Qualidade do sistema de controlo interno da organização sujeita a auditoria. Quanto menor a eficácia, maior o risco.
2. Competência da gestão. Quanto maior a competência, menor o risco.
3. Integridade da gestão. Quanto maior a integridade, menor o risco.
4. Tamanho da entidade. Quanto maior o investimento, maior o risco.
5. Mudança recente no sistema de contabilidade. Mudanças no sistema contabilístico aumentam o risco, devido a possibilidade de erros.
6. Complexidade das operações. Quanto maior a complexidade, maior o risco.
7. Mudança no pessoal. Mudança de directores responsáveis por factores críticos, aumentam o risco.
8. Liquidez dos activos. Possibilidade de estes serem retirados e desviados da entidade, conduz a maior probabilidade de perda.
9. Deterioração da condição económica de uma entidade. À medida que o desempenho se deteriora, o risco aumenta.

10. Crescimento rápido ou sob pressão. À medida que a pressão aumenta, o risco de uma produtividade obtida á custa do relaxamento dos sistemas de controlo aumenta.
11. Extensão da informatização de uma entidade. À medida que a informatização cresce, o risco de perder o controlo sobre os activos e sobre a informação aumenta.
12. Tempo decorrido desde a última auditoria. As auditorias frequentes diminuem o risco.
13. Pressão sobre os vários níveis da entidade para satisfazer objectivos. À medida que os responsáveis se sentem mais pressionados para a concretização de objectivos demasiado ambiciosos, o risco da produtividade obtida aumenta.
14. Extensão da regulamentação. Quanto maior a regulamentação e o detalhe. Maior o risco de incumprimento.
15. Motivação do pessoal. Fraca motivação aumenta o risco.
16. Cobertura das auditorias. Quanto maior a cooperação dos Auditores internos e externos, menor é o risco.
17. Exposição pública. Divulgação de informação elevada diminui o risco.
18. Distância da sede. Quanto maior é a distância relativamente á gestão local, maior é a probabilidade de falha de coordenação com a entidade em geral.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2 Metodologia

2.1 Enquadramento Teórico

Determinado projecto de investigação deve seguir duas linhas mestras orientadoras. A parte teórica da investigação que consiste principalmente na revisão da literatura sobre o tema escolhido e a parte empírica da investigação que consiste no planeamento e execução do trabalho empírico.

O projecto de investigação e a escolha de métodos, deve ser uma escolha do investigador. Estas escolhas dos investigadores são vistas como diferentes visões paradigmáticas sobre a ontologia, epistemologia e metodologia. O termo metodologia descreve as formas como o conhecimento sobre a realidade social pode ser adquirido (Corbetta, 2003).

“A condução de determinado processo cognitivo e/ou de transmissão de conhecimentos, seja ele de que natureza for, exige a obediência a critérios de tratamento que permitam seguir uma linha inteligível e capaz de ser entendida por aqueles a quem os mesmos se destinam” (Sousa, 2005, p. 27).

“O método é a maneira ordenada de realizar determinada tarefa. E, deste modo, a metodologia será a parte da logica que estuda os métodos das diversas ciências, segundo as leis do raciocínio, ou a arte de dirigir o espírito na investigação, ou ainda conjunto de regras empregadas no ensino de uma ciência ou arte” (Sousa, 2005, p. 28).

As autoras Sousa e Baptista (2011) referem que a metodologia de investigação consiste num processo de selecção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objectivos que se pretendem atingir.

“Podemos considerar duas abordagens metodológicas, o método de investigação quantitativa que é um processo sistemático de colecta de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objectivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador. E o método de investigação qualitativa onde o investigador observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresenta, sem procurar controlá-lo” (Fortin, 2000, p. 22).

Keenan (2015) define as principais diferenças entre os métodos quantitativos e qualitativos ao caracterizar a investigação quantitativa como:

“A investigação quantitativa envolve o teste de uma hipótese, examinando a relação entre um conjunto de variáveis definidas. As variáveis são elementos, recursos ou factores que podem variar ou mudar. Essas variáveis são mensuráveis ou quantificáveis. As variáveis podem ser medidas uma contra a outra ou contra uma constante, que é um elemento, uma característica ou um factor que não muda. Investigadores quantitativos colectam dados quantitativos e examinam com recurso a procedimentos estatísticos” (Keenan, 2015, p. 1).

Relativamente ao método qualitativo:

“A investigação qualitativa envolve a colecta de dados qualitativos, ou dados que podem ser observados em vez de medidos numericamente. Os investigadores qualitativos procuram obter uma compreensão de uma determinada população, organização, evento e assim por diante. Eles procuram estrutura, ordem e padrões entre um determinado grupo de participantes. O objectivo deles é aprender mais sobre como os grupos operam em configurações particulares” (Keenan, 2015, p. 2).

Podemos assim afirmar que o presente estudo tem como base o método quantitativo, uma vez que irá ser aplicado um questionário orientado para as hipóteses de investigação e a sua relação entre elas. Com o questionário, o propósito é procurar opiniões e ideias que sustentem as hipóteses de investigação criadas através da formulação das perguntas de investigação e assim corroborar o tema em análise no presente estudo.

2.2 Formulação das Hipóteses de Investigação

Segundo M. Hill & A. Hill (2012) a revisão de literatura permite encontrar teorias e artigos sobre investigações empíricas apresentadas por diversos autores. A primeira coisa a fazer é utilizar essa literatura para deduzir uma hipótese, ou um conjunto de hipóteses, a serem testadas na parte empírica. A hipótese faz a ponte entre a parte teórica e a parte empírica da investigação. A hipótese deve justificar o trabalho da parte empírica da investigação.

Deste modo e de acordo com a revisão da literatura descrita anteriormente neste trabalho, das seguintes perguntas de investigação, resultaram as seguintes hipóteses:

Hipóteses de Investigação	Perguntas de Investigação
<p>H1: O processo de gestão de risco pode impactar a realização das estratégias e dos objectivos de negócio da organização.</p>	<p>Q1: O risco deve ser considerado no processo de definição de estratégia da organização? COSO (2013)</p> <p>Q2: Como podem ser medidos os riscos que uma organização enfrenta? Moeller (2007)</p> <p>Q3: A quem cabe a responsabilidade da elaboração do processo de gestão de riscos corporativos? Morais & Martins (2013)</p> <p>Q4: Factor como a competência, integridade da gestão e dos colaboradores é fundamental para a mitigação do risco? Pinheiro (2014)</p>
<p>H2: O controlo interno é parte fundamental no processo de gestão de risco da organização.</p>	<p>Q1: O que é o controlo interno? Pinheiro (2014)</p> <p>Q2: Qual a relação entre controlo interno e gestão do risco? Morais & Martins (2013)</p> <p>Q3: O controlo interno é uma ferramenta importante na mitigação do risco da organização? COSO (2013)</p> <p>Q4: Qual a importância do controlo interno na gestão de uma organização? Lima (1985) e Almeida (2017)</p>

Tabela 1 - Perguntas e Hipóteses de Investigação

Fonte: Elaboração própria

Hipótese 1

O COSO Enterprise Risk Management destaca a importância de se considerar o risco no processo de definição de estratégia e na condução do desempenho da organização. O objectivo do ERM é ajudar as organizações a proteger e aumentar o valor dos seus stakeholders.

Segundo Moeller (2007) através de processos tradicionais de avaliação de riscos do COSO ERM, é necessário identificar e entender os vários riscos que uma organização enfrenta para avaliar os mesmos em termos de custo/impacto e probabilidade para desenvolver respostas no caso de ocorrência do risco e desenvolver procedimentos e normas para descrever o que aconteceu, bem como as acções correctivas a utilizar no futuro.

Morais & Martins (2013) referem que é da responsabilidade do Órgão de Gestão a gestão do risco e é da responsabilidade da actividade de Auditoria Interna avaliar a adequação do processo de gestão de risco. Embora os auditores internos possam assumir um papel relevante na implementação dos processos de gestão de risco, não poderão ser os responsáveis pela sua gestão.

Pinheiro (2014) refere que para mitigar os riscos é fundamental a existência de factores, tais como a competência, integridade da gestão e dos colaboradores e um sistema de informação capaz de incorporar controlos nas aplicações para produzir alertas com oportunidade. A elaboração pelas empresas da matriz de processos e de riscos é uma peça chave no sistema de controlo interno.

De acordo com as afirmações anteriores é possível formular a seguinte Hipótese:

H1: O processo de gestão de risco pode impactar a realização das estratégias e dos objectivos de negócio da organização.

Hipótese 2

Para Pinheiro (2014) o controlo Interno pode definir-se como o conjunto de mecanismos ou práticas utilizadas para evitar ou detectar actividade não autorizada, na perspectiva da consecução dos objectivos traçados para a empresa. O sistema de controlo interno engloba o plano da empresa, políticas, metodologias e procedimentos de controlo instituídos, para assegurar a prossecução dos objectivos traçados pela gestão.

Segundo Morais & Martins (2013) o risco não é só importante para a gestão como também o é para os auditores internos, devido á sua relação com o sistema de

controlo. Quanto maior é o risco, maior é a necessidade de controlo. A gestão deve procurar minimizar os riscos, reconhecendo a sua existência e monitorizando-os.

De acordo com o COSO (2013), o controlo interno ajuda as entidades a alcançar os objectivos propostos, melhorando o desempenho do seu negócio. Permite que as organizações desenvolvam de maneira efectiva e eficiente sistemas de controlo interno que ajudem a mitigar riscos para níveis considerados aceitáveis e apoiam a tomada de decisões da gestão.

De acordo com Almeida (2017) o sistema de controlo interno é implementado pelo órgão de gestão com a finalidade de que distorções materiais sejam prevenidas e no caso de ocorrerem sejam detectadas.

Lima (1985) afirma que na ausência de controlo interno da empresa, toda a gestão está comprometida e todas as metas previstas têm pouca viabilidade de se concretizarem. É sobre o Balanço e Demonstração de Resultados que o gestor analisa a situação da sua empresa, e informações distorcidas podem levar a conclusões erradas e prejudiciais para a gestão da empresa.

Assim e de acordo com as afirmações anteriores é possível formular a seguinte Hipótese:

H2: O controlo interno é parte fundamental no processo de gestão de risco da organização.

2.3 Modelo de Análise

O trabalho exploratório traz perspectivas e ideias que devem ser traduzidas numa linguagem e formas que permitam o trabalho sistemático de análise e recolha de dados de observação ou experimentação. A fase de construção do modelo de análise constitui a ligação entre a problemática fixada e o trabalho de elucidação sobre um campo de análise restrito e preciso.

“A organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor. As hipóteses apontam o caminho da procura, fornecendo um fio condutor à investigação e fornecendo o critério para a recolha de

dados que confrontará as hipóteses com a realidade” (Quivy & Campenhoudt, 2018, p. 119).

“O modelo é um sistema de hipóteses articuladas logicamente entre si, sendo estas a precisão da relação entre dois conceitos” (Quivy & Campenhoudt, 2018, p. 138).

Segundo Hill & Hill (2012) a fase do planeamento do trabalho empírico começa na tradução da Hipótese Geral em Hipótese Operacional. A Hipótese Operacional deve correctamente representar a Hipótese Geral da investigação, assumindo grande importância no processo de investigação para evitar ambiguidade e, portanto, para clarificar o objectivo do trabalho.

O modelo de análise deste trabalho assenta em duas hipóteses de investigação que se interligam entre si. Na hipótese um, a hipótese geral vamos aferir como o processo de gestão de risco pode impactar a concretização das estratégias e objectivos de negócio da empresa tendo como base ou suporte a hipótese dois, que é a hipótese operacional onde iremos abordar a importância do controlo interno na mitigação e gestão desse risco. Analisaremos desta forma os dois componentes chave da Auditoria Interna, gestão de risco e controlo interno, explorando assim a relação entre si, de forma a concluir como o controlo interno interfere no processo de gestão de risco e consequentemente como essa interferência é objectiva e concreta na melhoria das estratégias e objectivos da organização.

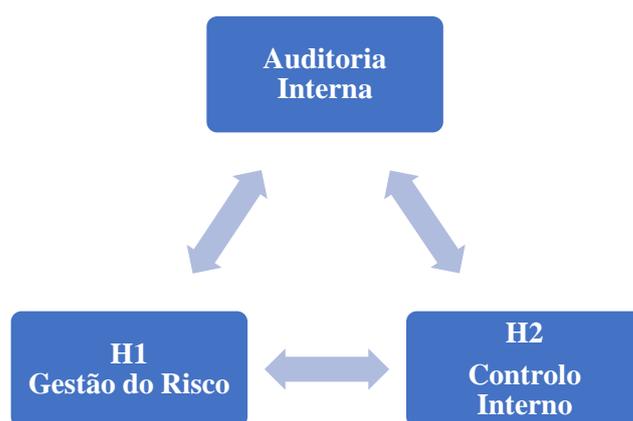


Figura 4 - Relação entre Hipóteses de Investigação

Fonte: Elaboração própria

2.4 Instrumentos de Observação e Recolha de Dados

Segundo Quivy & Campenhoudt (2018) existem dois tipos de instrumentos de observação consoante se trate de uma observação directa ou indirecta.

“A observação directa é aquela em que o investigador procede directamente à recolha das informações, sem que haja intervenção dos sujeitos observados. Incide sobre todos os indicadores pertinentes previstos. Tem como suporte um guia de observação que é construído a partir desses indicadores e que designa os comportamentos a observar” (Quivy & Campenhoudt, 2018, p. 19).

“No caso da observação indirecta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação. Há aqui dois intermediários entre a informação procurada e a obtida: o sujeito observado e o instrumento de observação, que é um questionário ou um guia de entrevista” (Quivy & Campenhoudt, 2018, p. 19).

2.4.1 Inquérito por questionário

Para Hill & Hill (2012) um bom questionário é dirigido para a hipótese a testar que é a Hipótese Operacional e esta depende sempre de três aspectos da investigação, as naturezas da Hipótese Geral, o método de investigação e o método de analisar dados.

“Numa investigação onde se aplica um questionário, a maioria das variáveis são medidas a partir das perguntas do questionário, e portanto, os métodos de investigação incluem os tipos de perguntas usadas, os tipos de respostas associadas com estas perguntas e as escalas de medidas dessas respostas. (...) para testar adequadamente as Hipóteses Operacionais convém que estas sejam especificadas antes de se efectuar a recolha dos dados” (Hill & Hill, 2012, p. 83).

O questionário consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores.

As principais vantagens deste método segundo os dois autores são: Possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder a numerosas análises de correlação. A satisfação da exigência da representatividade.

Na realização do inquérito por questionário foram elaboradas as questões a seguir, com base nas hipóteses formuladas. A ponderação de cada uma das hipóteses é de 50% cada.

Para dar resposta á **Hipótese 1**, formulou-se as seguintes questões:

- Considera que os processos de gestão do risco e de controlo interno assumem um papel de relevância estratégica para o sistema de governação da organização?
- Concorda que a responsabilidade da implementação do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco pertença à Gestão?
- Concorda que a avaliação e revisão do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco deve ser feita pela auditoria interna?
- Considera que a gestão deve considerar o risco no momento da definição da estratégia e objectivos da entidade.
- O risco deve ser medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.
- No processo de gestão de risco, concorda que a entidade aceite risco de elevado custo e probabilidade mas cujo retorno/benefício se espere maior?
- Concorda que a integridade e competência da gestão são factores cruciais na mitigação do risco?

Para dar resposta á **Hipótese 2**, formulou-se as seguintes questões:

- Concorda que o objectivo principal da Auditoria Interna é apoiar a organização no cumprimento dos objectivos acrescentando valor e melhorando as operações?
- O controlo interno engloba o plano da empresa, políticas, metodologias e procedimentos, para assegurar a execução dos objectivos traçados pela gestão.
- Concorda que uma organização sem um sistema de controlo interno pode comprometer a viabilidade das operações?

- Concorda que o factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência do risco é o controlo interno?
- Concorda que quanto maior é o risco, maior deve ser a necessidade de controlo?
- Considera que os procedimentos e controlos instituídos pela entidade, são linhas orientadoras de boas práticas e que ajudam na mitigação do risco?

2.4.2 População e Amostra

De acordo com o tema deste estudo, considerou-se como população para análise, todo o universo directamente relacionado com o tema. Foram enviados e-mails com o questionário para o Instituto Português dos Auditores Internos (IPAI) que disponibilizou o questionário numa publicação nas suas redes sociais o Facebook, para a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) que publicou o questionário no site da ordem no menu de “Inquiridos” e para a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) onde infelizmente não se obteve qualquer resposta ou feedback de partilha do questionário. Adicionalmente o questionário foi colocado online no site contabilistas.net.

A amostra deste estudo é composta por 50 respostas em que: 15 respostas foram de Auditores Internos, 9 respostas de Contabilistas Certificados, 5 de Directores de Auditoria Interna, 3 Revisores Oficiais de Contas, 2 de Coordenadores de Auditoria Interna e 16 respostas de outros profissionais relacionados com o tema em análise.

Foi feito um processo de selecção da amostra onde foram excluídas 2 respostas por terem sido consideradas prejudiciais e desvirtuosas da verdadeira opinião dos inquiridos o que poderia resultar numa má interpretação dos resultados e conclusão da análise do trabalho. Os questionários excluídos do presente estudo obtiveram a resposta “Discordo” e “Discordo Totalmente” em todas as declarações.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

3 Apresentação Resultados

Para o tratamento dos dados recolhidos utilizaram-se os programas Microsoft Office Excel 2010.

3.1 Análise da amostra

Através da estatística descritiva é utilizado um conjunto de técnicas analíticas para resumir o conjunto dos dados recolhidos numa dada investigação, que são organizados, geralmente, através de números, tabelas e gráficos. Pretende-se oferecer informações sobre a tendência central e a dispersão dos dados: valor mínimo, valor máximo, soma dos valores, contagens, média, moda, mediana, variância e desvio padrão.

Primeiramente vamos caracterizar a amostra obtida pelos questionários relativamente ao seu género, idade, habilitações literárias, profissão e respectiva experiência profissional. Foram obtidos os seguintes resultados:

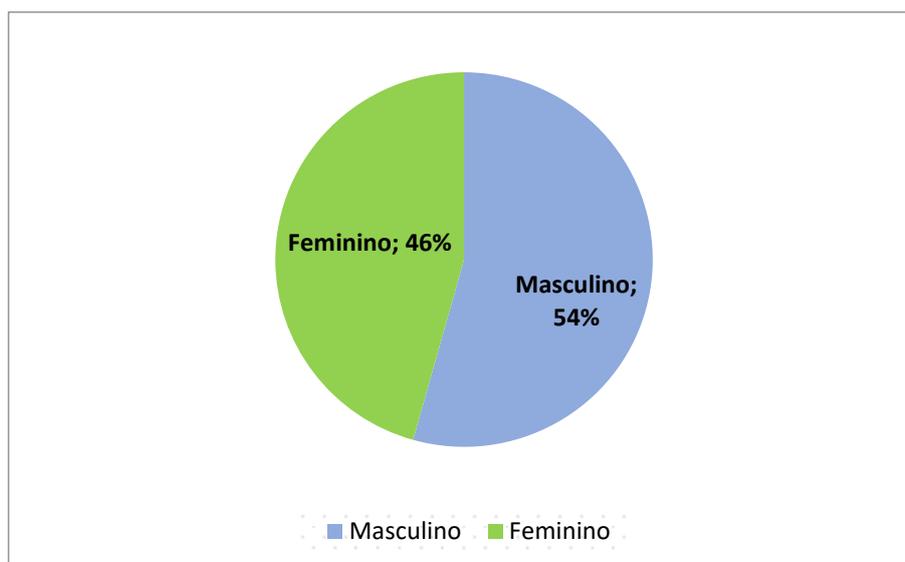


Gráfico 1 – Género

Fonte: Elaboração própria

Da amostra obtida num total de 48 respostas, 54% das respostas foi obtida por indivíduos do sexo masculino enquanto os restantes 46% foram obtidos por indivíduos do sexo feminino.

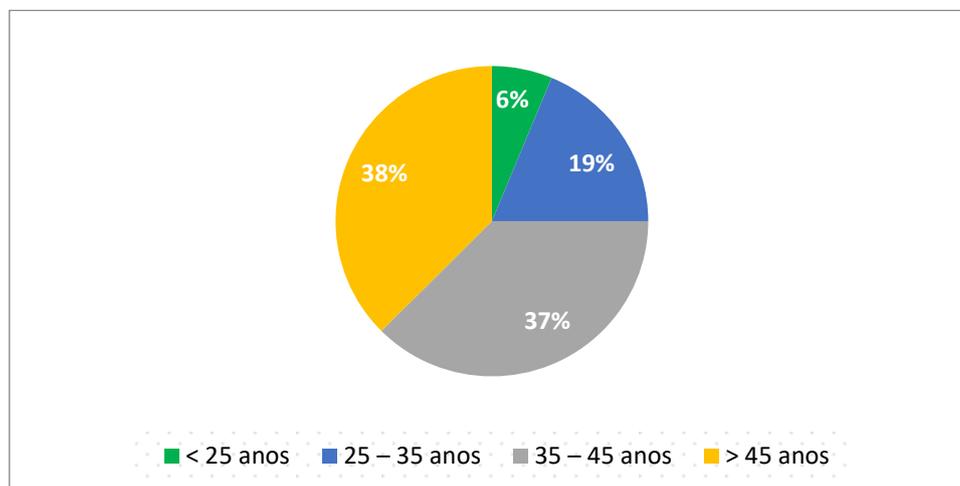


Gráfico 2 - Idade

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à idade dos inquiridos, 38% dos inquiridos tem entre 35 - 45 anos ($n = 18$), 37% têm mais do que 45 anos ($n = 18$), 19% situam-se na faixa etária entre os 25 e 35 anos ($n = 9$) e, por fim, 6% dos inquiridos têm menos de 25 anos ($n = 3$).

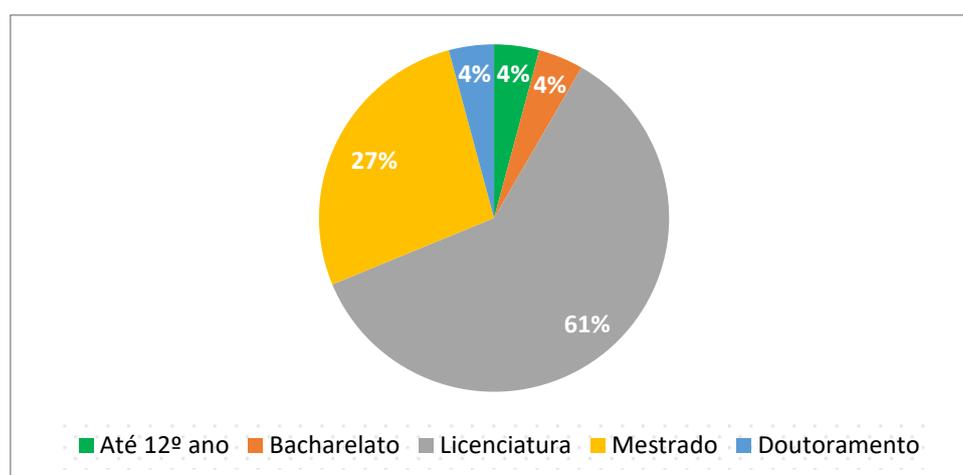


Gráfico 3 - Habilitações Literárias

Fonte: Elaboração própria

Através da análise do gráfico 3, podemos verificar que a maior parte da nossa amostra com 61% (n = 29) é constituída por indivíduos com Licenciatura. Com 27% (n = 13), situam-se pessoas detentoras de Mestrado, e depois em porções iguais de 4% da amostra (n = 2) os inquiridos têm apenas a 12ª ano, Bacharelato e Doutoramento.

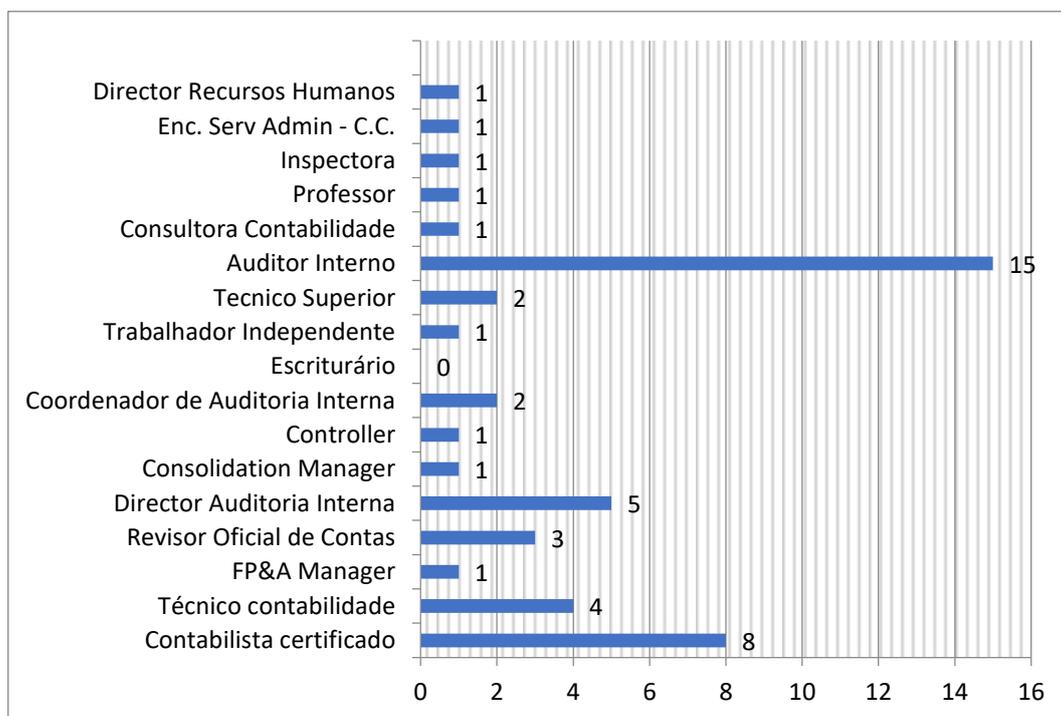


Gráfico 4 – Profissão

Fonte: Elaboração própria

A profissão Auditor Interno foi a mais comum na amostra com aproximadamente 31% (n = 15), seguida pela de Contabilista Certificado patenteando 17% (n = 8). A profissão de Director de Auditoria Interna fecha o 3º lugar com 11% da amostra (n = 5). Destaca-se também pela amostra obtida que cerca de 6% (n = 3) são de Revisores Oficiais de Contas, e com igual percentagem 6% (n = 3) de técnicos de contabilidade.

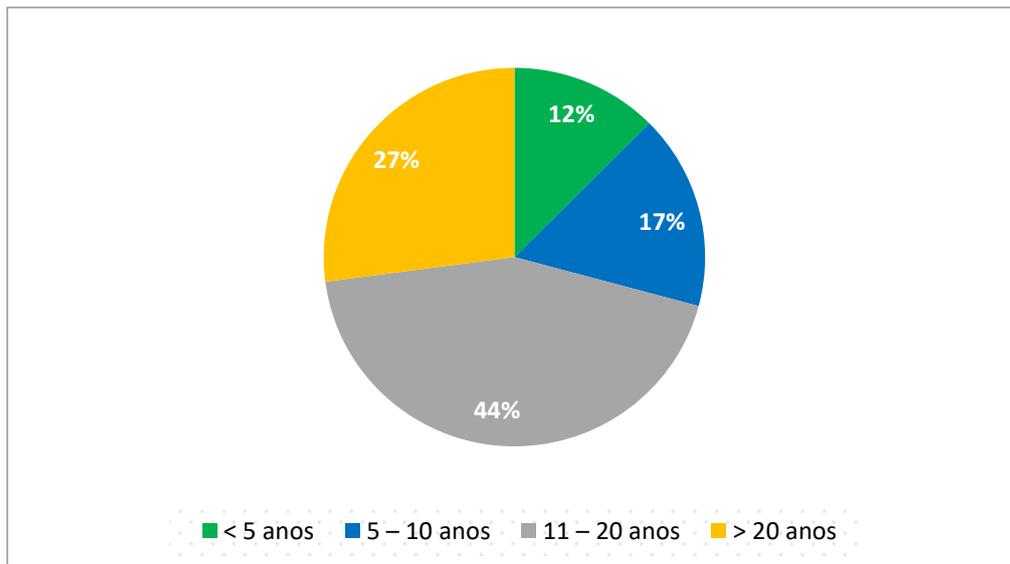


Gráfico 5 - Experiência profissional

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à experiência profissional, a maior parte dos inquiridos 44% (n = 21), têm entre 11 – 20 anos de experiência profissional, seguida de 27% da amostra (n = 13) com tempo de experiência maior que 20 anos. Com 17% (n = 8) os indivíduos têm entre 5 – 10 anos e 12% (n = 6) estão pessoas com menos de 5 anos de experiência profissional.

3.2 Análise das respostas obtidas

Após a caracterização da amostra em estudo, foram apresentadas várias questões aos inquiridos de modo a reflectirem as suas opiniões numa escala ordinal. De modo a medir o nível de concordância ou não concordância das respostas, foi necessário utilizar a escala de *likert* num formato numérico em que:

1 = Discordo Totalmente

2 = Discordo;

3 = Não concordo nem discordo;

4 = Concordo;

5 = Concordo Totalmente.

Para as duas primeiras questões do questionário utilizou-se apenas o método de resposta possível através do “sim “ ou “não”. As duas questões são relevantes para demonstrar a importância do controlo interno e do processo de gestão do risco como funções principais da Auditoria Interna e a correlação entre elas.



Gráfico 6 - O objectivo principal da Auditoria Interna é apoiar a organização no cumprimento dos objectivos acrescentando valor e melhorando as operações?

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o gráfico 6, a maioria dos inquiridos 98% (n = 46), concorda que o principal papel da Auditoria Interna é apoiar a organização no cumprimento dos objetivos acrescentando valor e melhorando as operações e apenas 2% que corresponde a apenas 1 inquirido não concorda com a afirmação.



Gráfico 7 - Os processos de gestão do risco e de controlo interno assumem um papel de relevância estratégica para o sistema de governação da organização?

Fonte: Elaboração própria

Em relação á questão colocada sobre se os processos de gestão do risco e de controlo interno assumem um papel de relevância estratégica para o sistema de governação da organização, 100% da amostra (n = 47) respondeu afirmativamente.

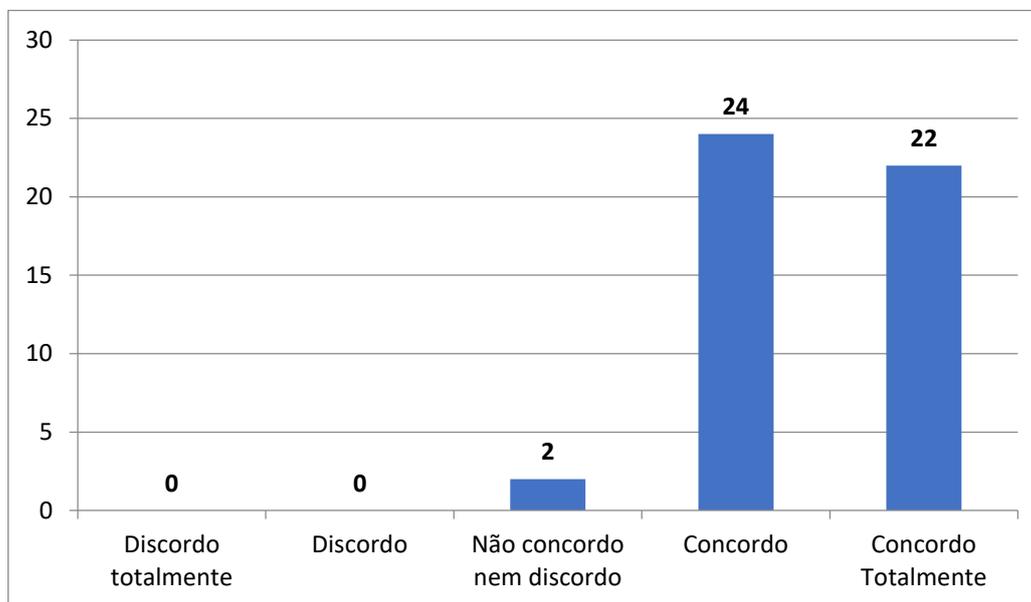


Gráfico 8 - O controlo interno engloba o plano da empresa, políticas, metodologias e procedimentos, para assegurar a execução dos objectivos traçados pela gestão.

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o gráfico 8 pode-se constatar que a maioria da amostra representada por 96% (n = 46) está de acordo que o controlo interno engloba o plano da empresa, políticas, metodologias e procedimentos, para assegurar a execução dos objectivos traçados pela gestão, sendo que 46% (n = 22) concorda totalmente e 50% (n = 24) concorda. Sem grande peso na amostra, 4% (n = 2) não concorda nem discorda da afirmação.

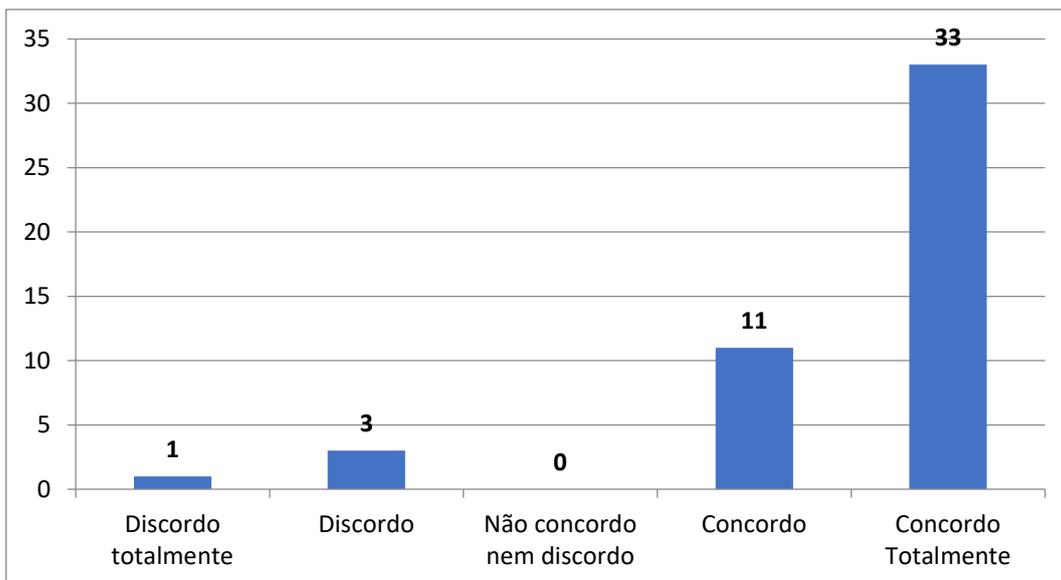


Gráfico 9 - A responsabilidade da implementação do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco pertença à Gestão?

Fonte: Elaboração própria

Questionados os inquiridos se a responsabilidade da implementação do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco deve pertencer à Gestão, 69% (n = 33) concorda totalmente, 23% (n = 11) concordam, e apenas 8% não estão de acordo, sendo que 6% (n = 3) discorda e 2% (n = 1) discorda totalmente.

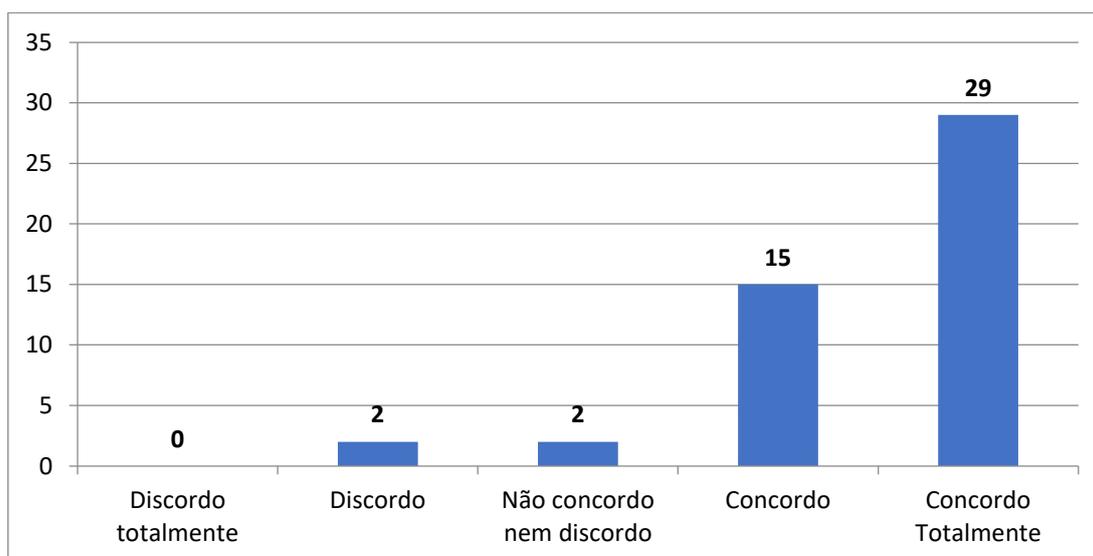


Gráfico 10 - Uma organização sem um sistema de controlo interno pode comprometer a viabilidade das operações?

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o gráfico 10 verificamos que a maioria da amostra representada por 60% (n = 29) concorda totalmente uma organização sem um sistema de controlo interno pode comprometer a viabilidade das operações, 32% (n = 15) concorda e 4% (n = 2) não tem opinião, não concorda nem discorda. Apenas 4% (n = 2) discorda que uma organização precise de ter um controlo interno para garantir a viabilidade das suas operações.

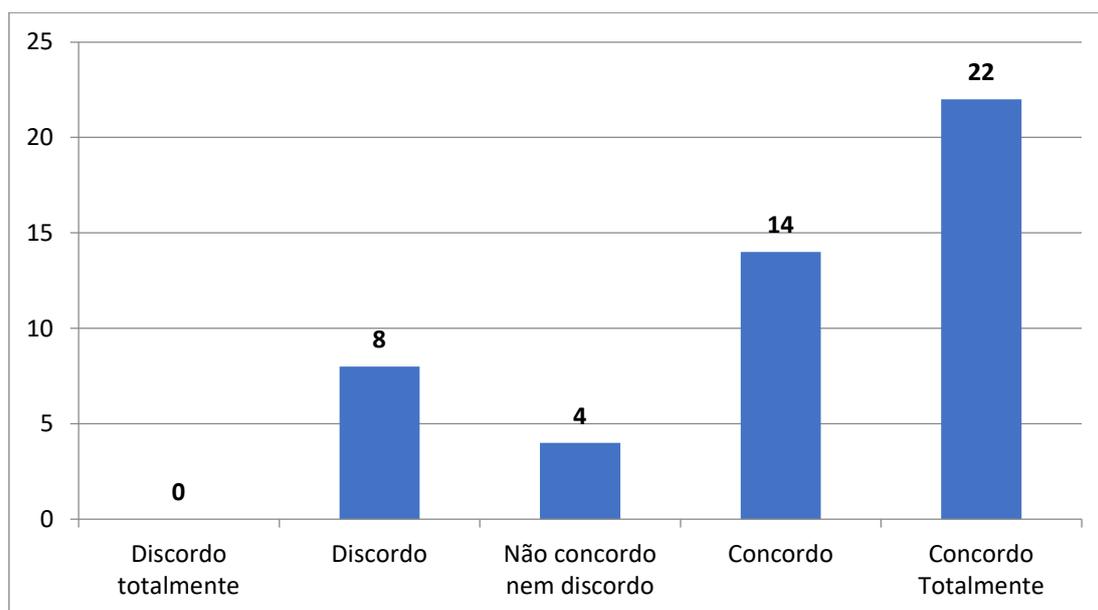


Gráfico 11 - A avaliação e revisão do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco deve ser feita pela auditoria interna?

Fonte: Elaboração própria

Á questão colocada sobre se a avaliação e revisão do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco deva ser feita pela auditoria interna a maioria dos inquiridos 75% (n = 35) responde afirmativamente sendo que 46% (n = 22) concorda totalmente e 29% (n = 14) concorda. 9% dos inquiridos não concorda nem discorda e com alguma expressão 17% (n = 8) discorda que a avaliação do SCI deva ser feita pela auditoria interna.

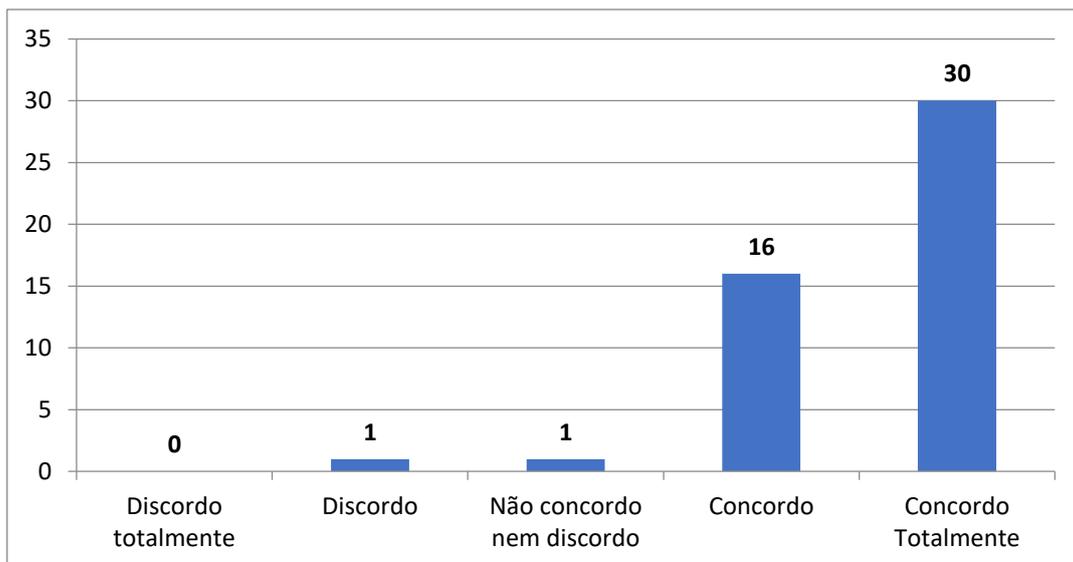


Gráfico 12 - A gestão deve considerar o risco no momento da definição da estratégia e objectivos da entidade.

Fonte: Elaboração própria

Através da análise do gráfico 12 podemos afirmar que a maior fracção da amostra, 63% (n = 30), concorda totalmente que a gestão deve considerar o risco no momento da definição da estratégia e objectivos da entidade. Já 33% (n = 16) concorda e apenas 2% (n = 1) discorda. 1% dos inquiridos não tem opinião, não concordando nem discordando.

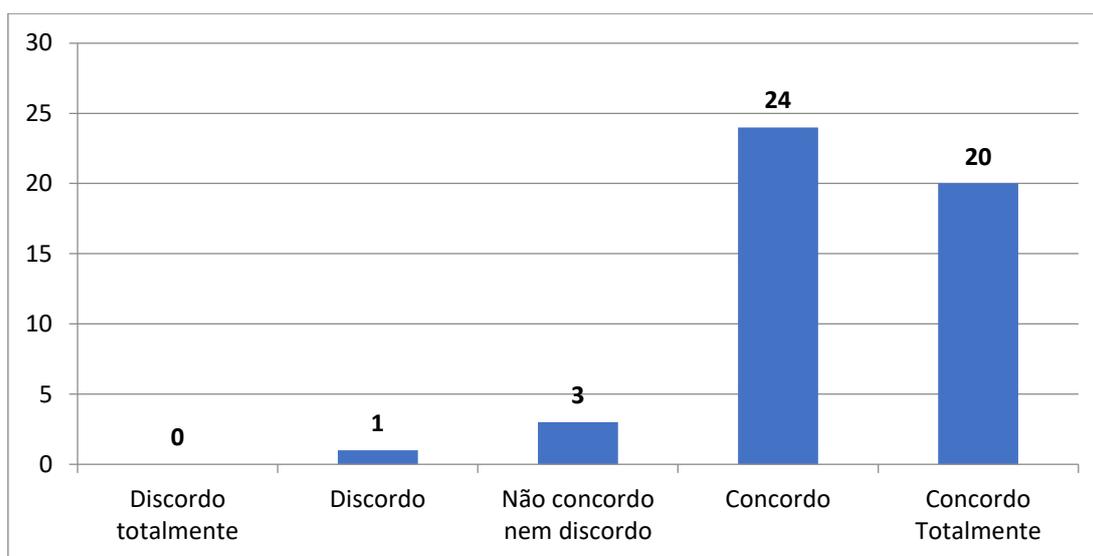


Gráfico 13 - O risco deve ser medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.

Fonte: Elaboração própria

Quando colocada a questão sobre se o risco deve ser medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência, 50% da amostra (n = 24) concorda com a afirmação, 42% (n = 20) concorda totalmente e 6% (n = 3) não concorda nem discorda. Sem grande expressão e com apenas 2% (n = 1) um inquirido discorda da afirmação.

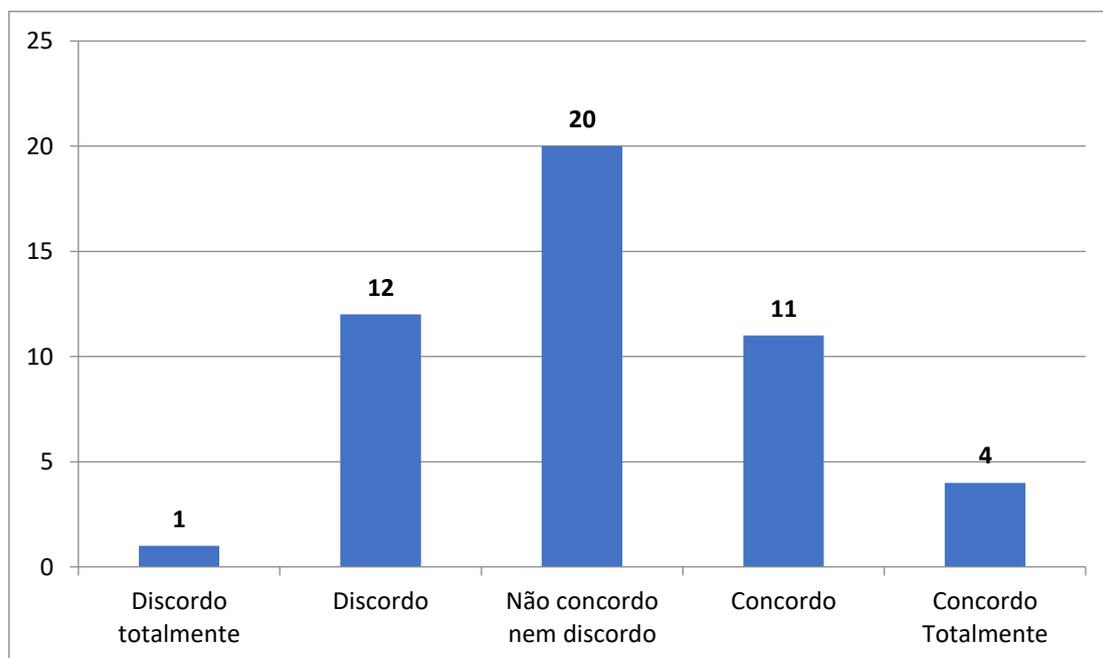


Gráfico 14 - No processo de gestão de risco, a entidade deve aceitar risco de elevado custo e probabilidade mas cujo retorno/benefício se espere maior?

Fonte: Elaboração própria

Questionados os inquiridos se no processo de gestão de risco, a entidade deva aceitar risco de elevado custo e probabilidade mas cujo retorno/benefício se espere maior, aqui existiu uma variedade nas respostas por parte da amostra. 42% (n = 20) não têm opinião não concordando nem discordando, 23% (n = 11) concordam sendo que por outro lado outros 25% (n = 12) discordam da afirmação. 8% (n = 4) concordam totalmente e apenas 2% (n = 1) discordou totalmente que a entidade aceite risco elevado mesmo esperando obter um retorno/benefício maior.

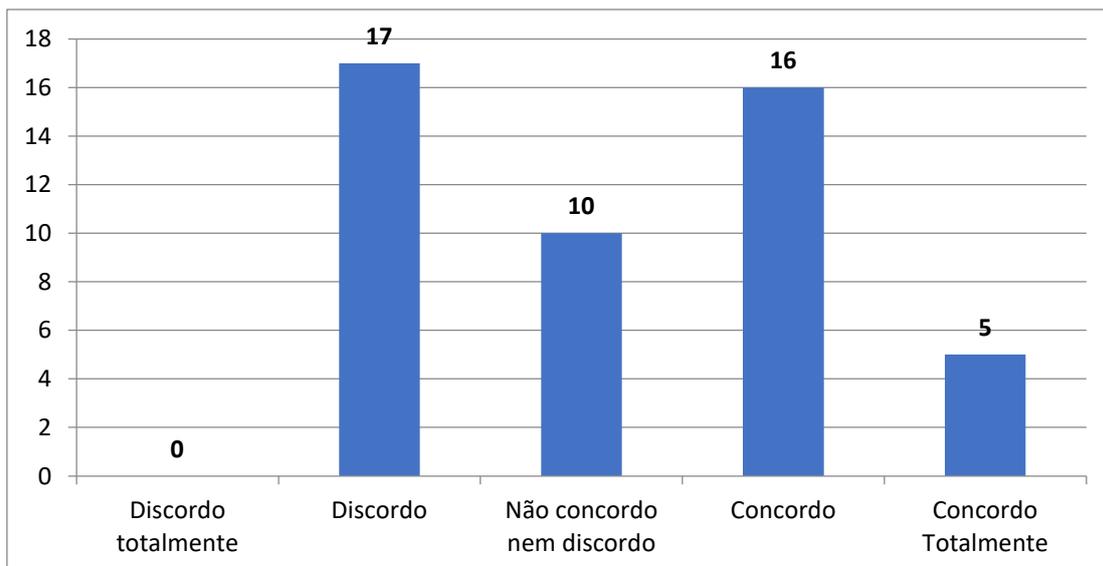


Gráfico 15 - O factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência do risco é o controlo interno?

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o gráfico 15 verificou-se novamente uma grande divisão nas respostas. 35% (n = 17) discordam que seja o controlo interno o factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência do risco. 33% (n = 16) concordam com a afirmação e 10% (n = 5) concordam totalmente. 21% (n = 10) não concordam nem discordam.

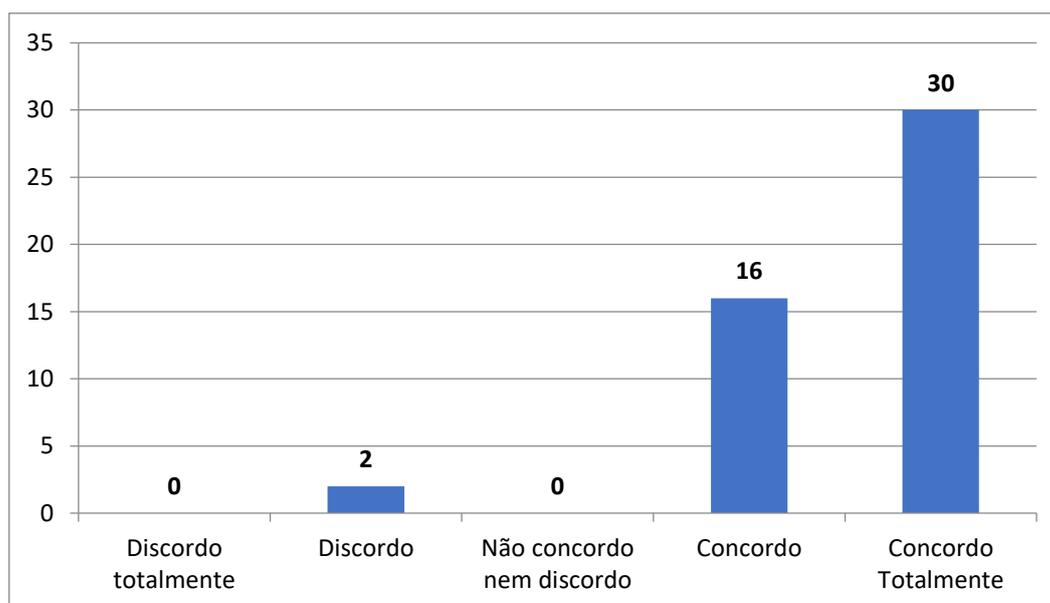


Gráfico 16 - Quanto maior é o risco, maior deve ser a necessidade de controlo?

Fonte: Elaboração própria

Através da análise do gráfico 16 podemos afirmar que quase na sua totalidade da amostra, 96% (n = 45), está de acordo que quanto maior é o risco, maior deve ser a necessidade de controlo, sendo que 63% (n = 30) concorda totalmente e 33% (n = 16) concorda. Apenas 4% (n = 2) discordaram da afirmação.

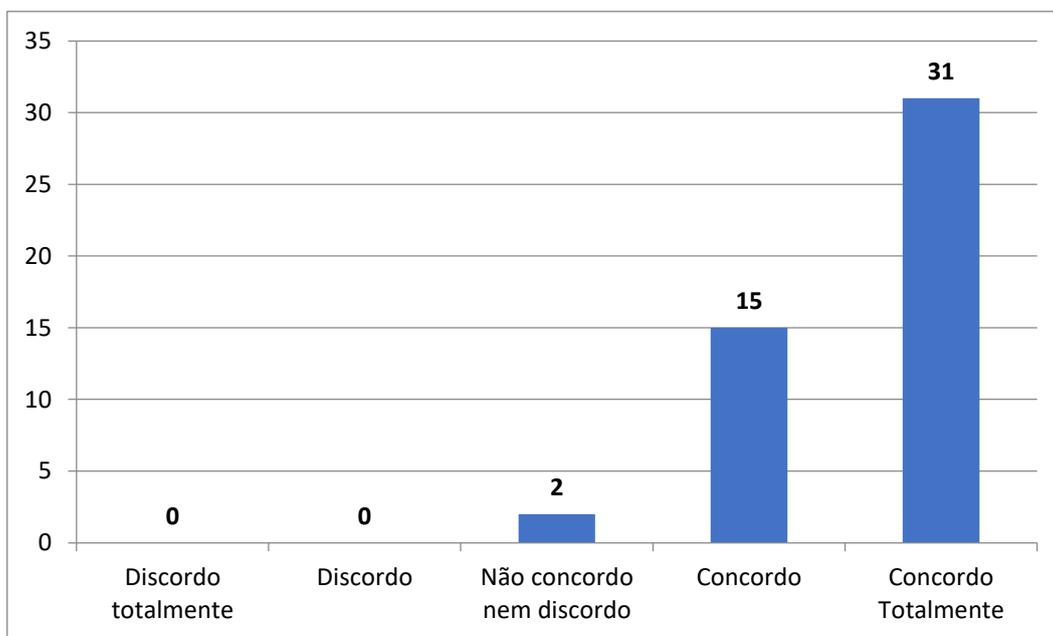


Gráfico 17 - A integridade e competência da gestão são factores cruciais na mitigação do risco?

Fonte: Elaboração própria

Sobre se a integridade e competência da gestão são factores cruciais na mitigação do risco, novamente os 96% (n = 45) dos inquiridos responde afirmativamente, com 65% (n = 31) a responder que concorda totalmente e 31% (n = 15) que concorda apenas. 4% da amostra (n = 2) não teve opinião.

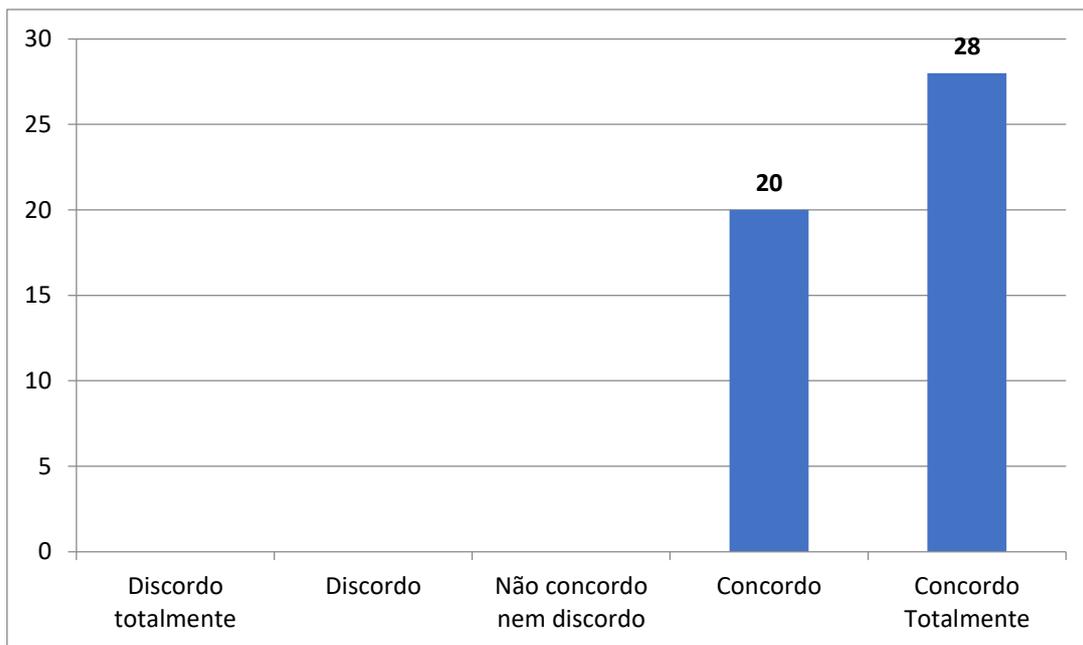


Gráfico 18 - Os procedimentos e controlos instituídos pela entidade, são linhas orientadoras de boas práticas e que ajudam na mitigação do risco?

Fonte: Elaboração própria

Por último os inquiridos responderam, 58% (n = 28) concordam totalmente e 42% (n = 20) concordam que os procedimentos e controlos instituídos pela entidade, são linhas orientadoras de boas práticas e que ajudam na mitigação do risco.

3.3 Interpretação dos Resultados

A interpretação dos resultados terá como objectivo organizar e sintetizar os dados obtidos, de forma a encontrar um sentido comum entre a análise dos resultados com a revisão da literatura efectuada. Para cada hipótese foi atribuída uma ponderação de 50,00 % e o critério de validação de cada uma situa-se por referência à cotação final maior do que 25%, ou seja, em que as respostas de concordância perfazem um total superior á metade da cotação da hipótese.

A tabela 2 mostra-nos a percentagem de respostas de concordância a cada uma das questões colocadas á amostra.

N.	Questões	Respostas
1	O objectivo principal da Auditoria Interna é apoiar a organização no cumprimento dos objectivos acrescentando valor e melhorando as operações?	98,00%
2	Os processos de gestão do risco e de controlo interno assumem um papel de relevância estratégica para o sistema de governação da organização?	100,00%
3	O controlo interno engloba o plano da empresa, politicas, metodologias e procedimentos, para assegurar a execução dos objectivos traçados pela gestão.	95,83%
4	É da responsabilidade da Gestão a implementação do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco.	91,67%
5	Uma organização sem um sistema de controlo interno pode comprometer a viabilidade das operações?	91,67%
6	A avaliação e revisão do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco deve ser feita pela auditoria interna?	75,00%
7	A gestão deve considerar o risco no momento da definição da estratégia e objectivos da entidade.	95,83%
8	O risco deve ser medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.	91,67%
9	A entidade deve aceitar risco de elevado custo e probabilidade mas cujo retorno/benefício se espere maior?	31,25%
10	O factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência do risco é o controlo interno?	43,75%
11	Quanto maior é o risco, maior deve ser a necessidade de controlo?	95,83%
12	A integridade e competência da gestão são factores cruciais na mitigação do risco?	95,83%
13	Os procedimentos e controlos instituídos pela entidade, são linhas orientadoras de boas práticas e que ajudam na mitigação do risco?	100,00%

Tabela 2 - Questões e respostas afirmativas

Fonte: Elaboração própria

Através da tabela 3 podemos confirmar a validação do modelo de análise em 85% através do sistema de cálculo que foi adoptado, em que cada hipótese seria validada assim que superasse os 25% de nível de concordância, isto é, metade da sua ponderação.

Hipóteses	Questões	Respostas	Ponderação	Valor final	Validação Hipótese
H1	Q2	100,00%	14,286%	14,286%	41,52%
	Q4	91,67%	14,286%	13,096%	
	Q6	75,00%	14,286%	10,714%	
	Q7	95,83%	14,286%	13,690%	
	Q8	91,67%	14,286%	13,096%	
	Q9	31,25%	14,286%	4,464%	
	Q12	95,83%	14,286%	13,690%	
				83,036%	
H2	Q1	98,00%	16,667%	16,333%	43,76%
	Q3	95,83%	16,667%	15,972%	
	Q5	91,67%	16,667%	15,278%	
	Q10	43,75%	16,667%	7,292%	
	Q11	95,83%	16,667%	15,972%	
	Q13	100,00%	16,667%	16,667%	
				87,513%	
					85,27%

Tabela 3 - Validação Modelo de Análise

Fonte: Elaboração própria

H1: O processo de gestão de risco pode impactar a realização das estratégias e dos objectivos de negócio da organização.

O objectivo da formulação desta hipótese foi no sentido de perceber qual a importância do processo de gestão de risco na definição e estratégia da organização. Obter dados que possam concretamente aferir que a estratégia e desempenho da organização podem ser afectados se não se considerar o risco como uma variável no processo de gestão.

Através das respostas às questões 2 e 7 foi possível concluir com um nível de concordância de 97,92% que de facto é de vital importância considerar o risco no momento de definição da estratégia e monitoriza-lo através do processo de gestão de risco. A organização para atingir a estratégia delineada deve criar um modelo de *governance* que vise a gestão do risco, conduzindo á implementação de processos e controlos, para minimizar as ameaças e o risco de incerteza subjacentes á actividade e negócio da organização.

É frequente pensar-se apenas na probabilidade de um determinado risco ocorrer, mas para além da probabilidade do risco ocorrer, outro factor de igual importância que deve ser tido em conta, é o impacto desse risco na organização. Avaliando estas duas variáveis, a entidade pode desenvolver respostas no caso de ocorrência do risco e normas e procedimentos para descrever o que aconteceu, bem como as acções correctivas a utilizar no futuro. Com as respostas às questões 8 e 9 foi conseguido comprovar com um nível de concordância de 91,67% que os inquiridos concordam que o risco deve ser medido não só em termos de probabilidade mas também através do impacto que este pode causar na organização. Mesmo com possíveis perspectivas de um retorno maior de benefícios para a organização os inquiridos mostram-se bastantes conservadores na concordância, com apenas 31,91%, a concordarem que a entidade deve aceitar risco de elevado custo e probabilidade, o que revela bem a importância do impacto desse risco e possíveis custos e perdas que a organização poderá vir a enfrentar no futuro.

A Auditoria Interna e os auditores internos devem assumir um papel relevante na implementação dos processos de gestão de risco, no entanto não podem ser os responsáveis pela sua gestão. Dos resultados obtidos às questões 4 e 6 foi permitido verificar que 91,67% dos inquiridos concorda que a responsabilidade da implementação do processo de gestão de risco seja da gestão, uma vez que, é á gestão que cabe a responsabilidade da definição da estratégia e condução do desempenho da organização, concluindo quais as áreas que são sujeitas a um maior nível de ocorrência de risco e

quais aquelas onde possíveis oportunidades possam surgir mediante a aceitação e gestão de um determinado nível de risco aceite. Cerca de 75,00% da nossa amostra é favorável a que a avaliação e revisão do processo de gestão de risco sejam feitas pela auditoria interna, pois é este órgão que tem o *ownership* de verificar se todos os controlos implementados pela gestão para a mitigação do risco estão em funcionamento e se são eficazes, bem como, sugerir possíveis melhorias para os controlos que se apresentem deficientes e permeáveis a acontecimentos de impacto negativo para a entidade, como fraude, erro e outros derivados do risco inerente de negócio.

Por ultimo, 95,83% dos inquiridos concordou que a integridade e competência da gestão são factores cruciais na mitigação do risco através das respostas á questão 12. No processo de negócio a incerteza está associada a concretização dos objectivos organizacionais. Só uma gestão integra e competente pode criar um ambiente de controlo que inclui a integridade, valores éticos, competência profissional e filosofia de gestão, influenciando a consciência de controlo das pessoas. Alguns riscos são extremamente difíceis de controlar, mas a gestão pode recorrer a técnicas de gestão de risco para minimizar as potenciais perdas.

H2: O controlo interno é parte fundamental no processo de gestão de risco da organização.

A formulação desta hipótese teve como principal objectivo perceber o que é o controlo interno, como ele actua dentro da organização e sendo parte integrante da Auditoria Interna, qual a sua relação com o processo de gestão de risco e o seu contributo para a mitigação do mesmo.

De acordo com as respostas obtidas á questão 1 e 3, o controlo interno engloba as normas e procedimentos de controlo instituídos na entidade, para assegurar a execução dos objectivos traçados pela gestão. No fundo, é o conjunto de mecanismos ou práticas utilizadas para evitar ou detectar actividade não autorizada, com a finalidade de acrescentar valor e melhorar as operações da empresa.

Uma empresa que não disponha de controlo interno pode comprometer a viabilidade das suas operações, segundo 91,67% dos inquiridos que responderam á questão 5. Sem um ambiente de controlo que influencie a consciência de controlo das

peçoas como sendo os valores éticos e a competência profissional, e sem actividades de controlo, o conjunto de acções criadas por normas e procedimentos que ajudam a garantir a mitigação dos riscos, toda a probabilidade de ocorrência de erro, fraude e riscos inerentes ao negócio aumenta. Informações distorcidas sobre a posição económica e financeira da empresa que sejam o produto desta falta de controlo dentro da organização, pode levar a conclusões erradas e prejudiciais para a gestão da empresa.

Através das respostas á questão 10, podemos concluir que, pese embora o controlo interno seja fundamental para a mitigação do risco, não é o factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência de risco. Os factores directamente ligados á actividade da empresa bem como as oportunidades para o erro ou para cometer fraude são os que mais influenciam a probabilidade de ocorrência do risco. O controlo interno actua ou não na mitigação do risco, consoante os procedimentos e técnicas de controlo existentes na entidade.

95,83% dos inquiridos concorda que quanto maior é o risco maior deve ser a necessidade de controlo, de acordo com as respostas obtidas á questão 11. A gestão deve procurar minimizar os riscos, reconhecendo a sua existência e monitorizando-os conduzindo á implementação de processos e controlos, para minimizar as ameaças e o risco de incerteza. É possível identificar a relação existente entre o processo de gestão de risco e o controlo interno.

As respostas á questão 13 ajudaram a concluir que o controlo interno ajuda as entidades a alcançar os objectivos propostos, melhorando o desempenho do seu negócio. Permite que as organizações desenvolvam de maneira efectiva e eficiente sistemas de controlo interno que ajudem a mitigar riscos para níveis considerados aceitáveis e apoiam a tomada de decisões da gestão. São assim linhas orientadoras de boas práticas e que ajudam na mitigação do risco com a finalidade de que distorções materiais sejam prevenidas e no caso de ocorrerem sejam detectadas.

A elaboração do presente estudo teve como principal foco e objectivo perceber e demonstrar a importância do controlo interno na gestão de risco das organizações.

Através do primeiro capítulo efectuou-se a revisão da literatura relacionada com o tema em questão. Esta revisão da literatura foi conseguida recorrendo a artigos científicos/académicos, livros e websites. Foi feito o enquadramento de conceitos e definições, abordando vários autores e apresentando diversas opiniões sobre temáticas relacionadas com o tema. Numa fase inicial abordou-se o conceito de Auditoria Interna e o que esta representa no seio de uma organização, e apresentou-se de uma forma breve as fases de um processo de auditoria interna. Após esta abordagem inicial, descrevemos em duas partes, os dois processos da auditoria interna, controlo interno e gestão de risco, que iriam ser alvo de estudo e desenvolvimento neste trabalho. Descreveu-se o que é o controlo interno, como ele actua no seio da organização, quais as técnicas de controlo que existem e qual a importância do controlo interno para a gestão. Quanto ao processo de gestão de risco escreveu-se sobre o que é a gestão do risco, quais as fases do processo existentes do ERM *framework* do COSO e por fim abordou-se também o risco em auditoria interna.

No segundo capítulo, foi descrita a metodologia de investigação que iria ser seguida para a comprovação do modelo de análise elaborado, que resultou das hipóteses e questões de investigação que surgiram ao longo da revisão da literatura no primeiro capítulo. Para a validação do modelo de análise, foi elaborado um questionário dirigido preferencialmente a Revisores Oficiais de Contas, Auditores Internos e contabilistas certificados por se entender que são os principais utilizadores e conhecedores da temática em estudo.

Foram elaboradas duas hipóteses de investigação que se interligam entre si. Na hipótese um, o objectivo era perceber como o processo de gestão de risco pode impactar a concretização das estratégias e objectivos de negócio da empresa tendo como base ou suporte a hipótese dois, através da importância que o controlo interno têm na mitigação e gestão desse risco. Foram analisados assim as duas funções chave da Auditoria Interna, gestão de risco e controlo interno, explorando a relação entre ambos, de forma a concluir como o controlo interno interfere no processo de gestão de risco e

consequentemente como essa interferência é objectiva e concreta na melhoria das estratégias e objectivos da organização.

Através da análise aos resultados obtidos no questionário, comprovou-se que definir e considerar o risco no momento da definição da estratégia e plano de negócio, é vital para que o desempenho da organização não seja afectado e os objectivos da entidade sejam atingidos. Isto é conseguido através da implementação do modelo de processo de gestão de risco, identificando e priorizando-o numa fase inicial e monitorizando-o numa fase posterior. Identifica-se primeiramente o tipo de risco e as áreas em que ele pode ocorrer e prioriza-se o risco em termos de impacto e probabilidade de ocorrência. A responsabilidade da implementação do processo de gestão de risco cabe naturalmente à gestão, sendo que, a auditoria interna tem um papel fundamental na avaliação e monitorização do processo. Uma vez que compete á gestão a definição da estratégia e plano de negócio da empresa, não considerar o risco nesse momento inicial pode ser prejudicial á concretização dos objectivos a que se compromete, uma vez, que um evento adverso pode ter um impacto negativo no negócio devendo, por isso, ser gerido de forma oportuna, adequada e apropriada.

Sendo assim, a organização para atingir a estratégia delineada deve criar um modelo de *governance* que vise a gestão do risco, conduzindo á implementação de processos e controlos. E é aqui que entra o controlo interno. Através das políticas e metodologias implementadas pelo controlo interno é possível minimizar as ameaças e o risco de incerteza subjacentes á actividade e negócio da organização. O sistema de controlo interno é implementado pelo órgão de gestão com a finalidade de que distorções materiais sejam prevenidas e no caso de ocorrerem sejam detectadas. Podemos concluir que o controlo interno é adequado quando assegura que os riscos da entidade são adequadamente geridos e que os objectivos e metas da entidade serão alcançados de forma eficiente e económica, acrescentando assim valor e melhorando as operações da organização.

Limitações ao Estudo

Uma das limitações encontradas foi a escassez geral de respostas obtidas na recolha de dados, principalmente por parte dos Revisores oficiais de Contas, tendo em conta que o questionário foi enviado para a Ordem dos Revisores e, do total da amostra apenas se obteve três respostas de Revisores.

Propostas para Investigações Futuras

Sugere-se para estudos futuros, o desenvolvimento de um trabalho em que se demonstre através de casos práticos, os benefícios e o contributo das normas e procedimentos instituídos numa organização na mitigação do risco de erro ou fraude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, B. J. M. (2017). *Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco* (2ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Alves, J. J. S. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Attie, W. (1992). *Auditoria Interna*. São Paulo: Editora Atlas.
- Barbier, E. (1992). *Auditoria Interna: Como? Porquê?* Mem Martins: Edições CETOP.
- Beja, R. (2004). *Risk Management*. Lisboa: Áreas Editora.
- Corbetta, P. (2003). *Social Research: Theory, Methods and Techniques*. *European Urban and Regional Studies*, 10(3), 340. de <http://methods.sagepub.com/book/social-research-theory-methods-and-techniques>
- COSO. (Maio 2013). *Internal Control - Integrated Framework Executive Summary*, de <https://www.coso.org/Documents/2017-COSO-ERM-Integrating-with-Strategy-and-Performance-Executive-Summary.pdf>
- COSO. (Junho 2017). *Enterprise Risk Management Integrating with Strategy and Performance - Executive Summary*, de <https://www.coso.org/Documents/2017-COSO-ERM-Integrating-with-Strategy-and-Performance-Executive-Summary.pdf>
- Domingues, F. P. R. (2018), *A importância do controlo interno e do compliance na prevenção da fraude*. Dissertação de Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Hill, M. M. & A. (2012). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Edições Sílabo.
- IFAC. (Agosto 2006). *Internal Controls - A Review of Current Developments*, de <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/internal-controls-a-revie.pdf>
- IFAC. (2009b). *International Standard on Auditing 315. Auditing* (Vol. 315).
- IIA, (Outubro 2012), *International Standards for the Professional Practices of Internal auditing* de <https://na.theiia.org/standards-guidance/Public%20Documents/IPPF%202013%20English.pdf>

- IIA, (Maio, 2019) *What is internal audit?* de <https://www.iaa.org.uk/about-us/what-is-internal-audit/>
- IPAI, (2020) *O que é o IPAI?* de <https://www.ipai.pt/faq/faq.php?id=44>
- Lima E. R. (1985). *Os sistemas de controlo interno das empresas*. Aveiro
- Migliavacca, P. N. (2004). *Controles Internos nas organizações* (2ª ed.). São Paulo: Edicta Ed.
- Moeller, R. R. (2007). *COSO Enterprise Risk Management: Understanding the New Integrated ERM Framework*. New Jersey: John Wiley & Sons Inc.
- Morais, G., & Martins, I. (2013). *Auditoria Interna Função e Processo* (4ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.
- OCC. (Junho 2008). *A importância de um sistema de controlo interno*, de https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1213983276_60e61_gestao.pdf
- Pinheiro, J. L. (2014). *Auditoria Interna – Auditoria Operacional Manual Prático para Auditores Internos* (3ª ed.). Letras e Conceitos Lda.
- Pontes, S., Monteiro, D. (2002). *Controlo, Risco e Amostragem em Auditoria. Relações Indissociáveis*. Lisboa: Vislis Editores.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2018). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Edição: Gradiva
- Sousa, G. V. (2005). *Metodologia de Investigação, Redacção e apresentação de trabalhos científicos* (2ª ed.). Livraria Civilização Editora
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, Segundo Bolonha* (4ª ed.). Pactor.
- Tribunal de Contas. (2016). *Manual de auditoria - Princípios Fundamentais*.
- Vaassen, E., Meuwissen, R., Schelleman, C. (2009). *Accounting Information Systems and Internal Control* (2ª Ed.). United Kingdom: John Wiley & Sons Ltd.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Auditoria Interna - O contributo do controlo interno na Gestão de Risco das organizações - Mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

O presente questionário tem como objectivo perceber qual a importância e contributo do controlo interno no processo de mitigação de risco e consequentemente, como o processo de gestão de risco pode impactar a estratégia e objectivos de negócio das organizações.

A informação recolhida é anónima e destina-se apenas a ser analisada e tratada estatisticamente, para fins académicos e de investigação.

Este inquérito é composto por questões de resposta rápida, sendo que a sua realização tomar-lhe-á apenas alguns minutos.

Caso tenha alguma questão ou comentário sobre este questionário pode contactar-me usando o e-mail: joao.ribeiro@eu.ipp.pt

***Obrigatório**

1. Género: *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino

2. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- < 25 anos
 25 – 35 anos
 35 – 45 anos
 > 45 anos

3. Habilitações literárias: *

Marcar apenas uma oval.

- Até 12º ano
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

4. Cargo/Profissão: *

5. Experiência Profissional: *

Marcar apenas uma oval.

- < 5 anos
- 5 – 10 anos
- 11 – 20 anos
- > 20 anos

6. Concorda que o objectivo principal da Auditoria Interna é apoiar a organização no cumprimento dos objectivos acrescentando valor e melhorando as operações? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tem conhecimento

7. Considera que os processos de gestão do risco e de controlo interno assumem um papel de relevância estratégica para o sistema de governação da organização? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não tem conhecimento

8. Selecciona a opção que lhe parecer mais correcta, sabendo que só pode seleccionar apenas uma opção para cada questão/afirmação. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
O controlo interno engloba o plano da empresa, políticas, metodologias e procedimentos, para assegurar a execução dos objectivos traçados pela gestão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda que a responsabilidade da implementação do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco pertença à Gestão?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda que uma organização sem um sistema de controlo interno pode comprometer a viabilidade das operações?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda que a avaliação e revisão do sistema de controlo interno e processo de gestão de risco deve ser feita pela auditoria interna?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considera que a gestão deve considerar o risco no momento da definição da estratégia e objectivos da entidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O risco deve ser medido em termos de impacto e probabilidade de ocorrência.	<input type="radio"/>				
No processo de gestão de risco, concorda que a entidade aceite risco de elevado custo e probabilidade mas cujo retorno/benefício se espere maior?	<input type="radio"/>				
Concorda que o factor que mais afecta as probabilidades de ocorrência do risco é o controlo interno?	<input type="radio"/>				
Concorda que quanto maior é o risco, maior deve ser a necessidade de controlo?	<input type="radio"/>				
Concorda que a integridade e competência da gestão são factores cruciais na mitigação do risco?	<input type="radio"/>				
Considera que os procedimentos e controlos instituídos pela entidade, são linhas orientadoras de boas práticas e que ajudam na mitigação do risco?	<input type="radio"/>				